



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS REGIONAL DE IVAIPORÃ

CLAUDIA MATOS NUNES

**OS RESULTADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA
AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
LIDIANÓPOLIS - PR**

IVAIPORÃ

2014

CLAUDIA MATOS NUNES

**O RESULTADO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA AS
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
LIDIANÓPOLIS - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Cristiane Valoto Mazzo

IVAIPORÃ

2014

CLAUDIA MATOS NUNES

**O RESULTADO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA AS
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
LIDIANÓPOLIS – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Esp. Cristiane Valoto Mazzo

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Cristiane Valoto Mazzo
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Esp. Maria Celeste Melo da Cruz
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Ms. Vanessa Rombola Machado
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, _____ de novembro, de 2014.

AGRADECIMENTOS

Á minha família pela força e incentivo do início ao fim nesse árduo caminho, em especial aos meus pais Claudio e Vilma, minhas avós Marias e avô Orlando pelo amor incondicional e carinho dedicado a mim nos momentos difíceis, pelas inúmeras orações e cuidados, sem vocês não seria possível.

Ao meu namorado Tiago pela paciência, compreensão, estímulo e amor de sempre neste momento tão importante.

Á todos os professores inclusive os que não estão mais presentes, pelas preciosas contribuições que serviram de estímulo para a conclusão desse estudo.

Á minha amada professora e orientadora Cristiane Valoto Mazzo pelo seu empenho e dedicação, pelo apoio em todos os momentos de minha jornada acadêmica, por todas as palavras de conforto, por depositar em mim sua confiança, por compartilhar seu saber crítico, você é o meu exemplo.

As minhas amigas e a partir de pouquíssimo tempo colegas de profissão, vocês sempre terão espaço em minha vida.

Á todos os amigos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a conclusão desse trabalho.

Á Deus por tudo!

NUNES, Claudia Matos. **Os resultados do programa Bolsa Família para as famílias Beneficiárias do Município de Lidianópolis - PR.** 2014 ,77 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã. 2014.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar os resultados do Programa Bolsa Família para as famílias beneficiárias do município de Lidianópolis - Pr. Em primeiro momento, através de revisão bibliográfica, buscaremos contextualizar a trajetória da política social no Brasil da década de 1930 a 1988 em seguida apresentaremos uma breve discussão sobre os mínimos sociais e a renda mínima para introduzirmos os programas de transferência de renda. No segundo capítulo discutiremos sobre a política de Assistência Social no contexto do Programa Bolsa Família, assim como quais são os critérios para concessão e o funcionamento geral do programa e como ele é operacionalizado no município de Lidianópolis, lócus da pesquisa de campo. Para tanto realizaremos um levantamento de forma breve sobre os dados econômicos, políticos e sociais do município. Finalmente, apresentaremos a pesquisa de campo que se realizará através de entrevistas semiestruturadas com os usuários que recebem o benefício, o gestor do bolsa família e a operadora do sistema CadÚnico, visando identificar quais foram os resultados, ou seja, às mudanças que ocorreram após a implantação do programa na vida das famílias beneficiárias.

Palavras-Chave: Programa de Transferência de Renda. Mínimos sociais. Programa Bolsa Família.

NUNES, Claudia Matos . The results of the Bolsa Família Program for Beneficiary families Municipality Lidianópolis - PR . 2014, 77 pgs. Completion of course work (Graduation in Social Work) - State University of Maringa , Ivaiporã . 2014 .

ABSTRACT

This research objective is to analyze the results of the Bolsa Família Program to the eligible households in the city of Lidianópolis - Pr. At first, through bibliographic review, we seek to contextualize the history of social politics in Brazil in the decade from 1930 to 1988 and then present a brief discussion of the social minimum and the minimum income to introduce programs of income transfer. In the second chapter we will present the politics of Social Assistance in the context of the Bolsa Família Program, as well as what are the criteria for granting and the general operation of the program and how it is operationalized in the city of Lidianópolis, focus of field research. For both be conducting a survey briefly about the economic, political and social data for the county. In conclusion, we will present a field research that will take place through semi-structured interviews with users who receive the benefit, the manager of the Bolsa Família and CadÚnico the operator of the system, to identify what were the results, which means, the changes that occurred after the implementation of the program on the life of the beneficiary families.

Keywords: Transfer Program Income. Social minimum. Bolsa Família program.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Critérios de elegibilidade e benefícios do Programa Bolsa Família	41
TABELA 2: Valores dos tetos para o IGD-E 2014	43
TABELA 3: Transferências de recursos por ação de governo - Ano 2014	45
TABELA 4: Transferências de recursos por ação de governo em nível estadual - Ano 2014	46
TABELA 5: Famílias Cadastradas no Programa no ano de 2014 – Lidianópolis/Pr ..	51
TABELA 6: Total de pessoas cadastradas no município de Lidianópolis	51
TABELA 7: Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	52
TABELA 8: Tipos de Benefícios	52

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação;
BPC	Benefício de Prestação Continuada;
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social;
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
CF/88	Constituição Federal de 1988;
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas;
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social;
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente;
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
FHC	Fernando Henrique Cardoso;
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano;
IGD	Índice de Gestão Descentralizada;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social;
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social;
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação;
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome;
PAIF	Serviço de Atenção Integral a Família;
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
PIS/PASEP	Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
PBF	Programa Bolsa Família;
PNAS	Política Nacional de Assistência Social;
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;
SUAS	Sistema Único de Assistência Social;
SCFC	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
SENAI	Serviço Nacional da Indústria;

SENAC	Serviço Nacional do Comércio;
SIBEC	Sistema de Gestão de Benefícios ao Cidadão;
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional;
SUS	Sistema Único de Saúde;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA E O DEBATE SOBRE OS MÍNIMOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL	14
1.1 A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E O REBATIMENTO NAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	14
1.2 A DISCUSSÃO SOBRE OS MÍNIMOS SOCIAIS E RENDA MÍNIMA NO BRASIL.....	21
1.3. BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO CONTEXTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	27
2. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A VINCULAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	31
2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO PBF	31
2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	35
2.3 CRITÉRIOS, CONDICIONALIDADES E BENEFÍCIOS DE INSERÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	37
2.4 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	42
2.5 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS	47
2.5.1 Caracterização do Município de Lidianópolis	48
2.5.2 O Programa Bolsa Família em Âmbito Local.....	49
3. O QUE MUDA NA VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?	54

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.2 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS USUÁRIOS BENEFICIÁRIOS DO PBF	55
3.3. MUDANÇAS ECONÔMICAS	56
3.4 PARA ALÉM DO BENEFÍCIO, OUTRAS MUDANÇAS.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
APÊNDICES	74
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO	75
APÊNDICE B - ROTEIRO APLICADO AOS USUÁRIOS.....	76
APÊNDICE C - ROTEIRO APLICADO AO GESTOR E OPERADOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	77

INTRODUÇÃO

As políticas sociais são frutos da relação entre capital e trabalho que após a revolução industrial modificou toda estrutura organizacional da sociedade atingindo principalmente a classe menos favorecida, sendo esta a classe trabalhadora. Elas foram introduzidas no Brasil a partir do século XX, quando o país sofria mudanças em sua economia deixando de ser agrícola, passando a ser incorporada ao processo de industrialização.

As primeiras iniciativas de políticas sociais no Brasil aconteceram a partir da década de 1930. No entanto, foi só a partir da Constituição Federal de 1988 que houve pela primeira vez a garantia de direitos sociais, e o desenvolvimento das políticas sociais focou em atender os problemas sociais advindos do processo de acumulação capitalista.

Nesta perspectiva de conhecer sobre as políticas sociais, buscamos compreender um dos programas sociais que hoje são destaque no Brasil. A partir do ano de 2003 todos os programas de transferência social tais como bolsa escola, vale gás, vale alimentação e tantos outros foram unificados formando um só, passando a ser denominado Programa Bolsa Família.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2014) o programa tem como objetivo a garantia de renda, a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos. Analisando a legislação do programa e seus objetivos buscamos conhecer se há uma perspectiva relevante de mudança social no qual estes usuários estão inseridos.

O interesse pelo tema surgiu após as discussões em campo acadêmico e introdução em campo de estágio, tendo em vista que realizamos durante o ano de 2014 estágio no CRAS do município de Lidianópolis. Dessa forma, despertou ainda mais interesse sobre as políticas sociais e os programas de transferência de renda destacando-se o Programa Bolsa Família cujo objetivo é combater a pobreza, também por ser alvo de tantas críticas e interpretações equivocadas pela sociedade em geral.

Portanto a presente pesquisa tem como objeto levantar os resultados que o Programa Bolsa Família trouxe aos beneficiários do município de Lidianópolis – Pr.

Assim sendo temos como objetivo geral identificar se houveram mudanças relevantes na vida das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família após o recebimento deste benefício ou não. Além disso, como objetivos específicos buscamos entender como funciona o Programa no município e compreender a contribuição deste na realidade social no município escolhido para a realização da pesquisa de campo.

Para tanto, este trabalho se estruturará em dois momentos distintos, porém concomitantes. Inicialmente realizaremos a revisão bibliográfica em livros, artigos, revistas e legislações pertinentes às políticas sociais no Brasil, com ênfase aos programas de transferência de renda e em qual momento histórico do país surgiu o Programa Bolsa Família, resgatando como este está constituído e é operacionalizado.

Num segundo momento, faremos a pesquisa de campo, que terá cunho qualitativo, através da coleta de informações por meio de entrevistas semi estruturadas com beneficiários do programa Bolsa Família do município de Lidianópolis. Vale mencionar que selecionamos aqueles que recebem o benefício a mais tempo. Além destes, serão entrevistados a gestora municipal do programa e a operadora do cadastro único.

Com vistas a responder as indagações que estimularam a realização da pesquisa o presente estudo foi estruturado em três capítulos, sendo que os mesmos foram construídos a partir de referência teórica para fundamentar o objeto desta pesquisa.

No primeiro capítulo abordaremos brevemente sobre a trajetória da política social no Brasil e o debate sobre renda mínima. Em seguida, contextualizaremos sobre os programas de transferência de renda no Brasil com a perspectiva de compreendermos como se apresentou anteriormente a luta por políticas sociais que atendesse a classe trabalhadora vítimas do processo de acumulação capitalista.

Posteriormente, no segundo capítulo apresentaremos como encontra-se estruturado o Programa Bolsa Família, quais são os critérios, condicionalidades para a inserção dos usuários no programa. Discorreremos também sobre a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social dentro do contexto do PBF. Apresentaremos ainda uma breve caracterização do município de Lidianópolis com o objetivo de conhecer a realidade social.

Finalmente, apresentaremos os procedimentos metodológicos de realização da pesquisa de campo e os dados levantados neste processo. As falas serão analisadas à luz do referencial teórico, buscando identificar os resultados e demais aspectos relevantes do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários e também na realidade municipal.

Nas considerações apresentaremos se os dados colhidos através da entrevista comungam com a real finalidade do programa, visando avaliar se houve ou não resultados positivos na vida das famílias beneficiárias e a importância do profissional de serviço social neste contexto.

CAPÍTULO I - TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA E O DEBATE SOBRE OS MÍNIMOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Neste capítulo realizaremos uma breve revisão bibliográfica sobre a Política Social no Brasil, a partir de um resgate sucinto das mudanças ocorridas no país na década de 1930, considerando o âmbito social, econômico e político no contexto do sistema capitalista e suas consequências demandadas como expressões da questão social.

Assim, o capítulo será dividido em três tópicos. No primeiro faremos uma contextualização do início das políticas sociais no Brasil até a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe a ampliação de direito à todos os cidadãos, algo inédito no Brasil, já que até este momento as políticas sociais estavam vinculadas ao trabalho formal e os rebatimentos destas políticas nas expressões da questão social.

No segundo tópico abordaremos sobre a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) que assegura os mínimos sociais a quem dela necessitar, conforme preconizado anteriormente pela Constituição Federal (1988), além de resgatar o debate sobre os mínimos sociais e renda mínima.

Finalmente focaremos nos programas de transferência de renda, e as primeiras iniciativas no Brasil.

1.1 A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E O REBATIMENTO NAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A década de 1930 foi marcada por diversas mudanças. Uma delas foi resultado de uma grande crise internacional que repercutiu de forma direta no Brasil. Neste período quem de certa forma dominava o Brasil eram os grandes produtores de café, produto responsável por cerca de 70% do PIB brasileiro sendo nossa economia baseada na exportação. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011)

Para Saibel (2008), com o início da crise e a parada do mercado mundial, os grandes produtores de café ficam extremamente vulneráveis, tanto no sentido econômico quanto político e a partir daí inicia-se um período marcado pelo crescimento do processo migratório do campo para a cidade, impulsionado pelo processo de industrialização a partir do sistema capitalista, que ganhou força principalmente na década de 1930 interferindo diretamente nas relações sociais, conforme explicitado abaixo:

[...] O movimento de 1930 não foi à revolução burguesa no Brasil, com o incremento da indústria, como interpretaram muitos intelectuais e historiadores, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 105)

Assim, o processo de industrialização no Brasil resultou em diversas transformações sociais, ocasionados principalmente pela migração do homem da zona rural para a urbana e sua inclusão a economia urbana. A superlotação nas cidades resultou em uma série de problemas sociais e também estruturais como o desemprego, moradias inadequadas, ausência de saneamento básico ocasionando diversas doenças. (Saibel, 2008, p. 19)

Percebemos claramente que as expressões da questão social foram ampliadas neste período como Gohn, 2001 *apud* Saibel, 2008 afirma que:

[...] no início do século, a classe operária morava em vilas construídas pelos donos das fábricas (uma forma de reduzir e controlar o preço da mão-de-obra) ou nos cortiços e favelas (também chamadas de cabeça de porco). As condições de moradia eram um espelho das condições de trabalho. (p.19)

A autora citada acima destaca também outro fator considerado problema agravante durante o período de industrialização, relacionado às péssimas condições de trabalho enfrentadas pela classe trabalhadora. Inclui-se, neste aspecto, uma jornada extensa de trabalho, péssimas condições para a realização do mesmo e a má remuneração paga por estes serviços, conforme menciona a seguir:

[...] Como mercadoria, a força de trabalho perde sua utilidade como valor de uso, e reitera o valor que poderá agregar a produção, já que “o que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso”. (MARX 1987 *apud*, BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.51)

Neste sentido, é importante entendermos o que é questão social. De acordo com Iamamoto, ela pode ser compreendida como:

[...] Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p.27)

Ou seja, a questão social é fruto das desigualdades sociais existentes entre capital e trabalho, no qual é perceptível a exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

Iamamoto (2012) discorre que a partir de 1990 o capital passou por uma nova estruturação no qual passa a ser dominado pelas grandes empresas financeiras no qual assumiu o comando do processo de acumulação e assim passou a atender somente os interesses da burguesia deixando a mercê a área social.

[...] O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um pólo social e, noutro a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social. (IAMAMOTO, 2012, p.111)

Essa nova estruturação do capital atingiu diretamente a população, pois o mercado internacional tornou-se a grande esfera reguladora da economia brasileira.

Iamamoto (2012) complementa que com o crescimento acelerado da mundialização do capital tornou-se ainda mais acirrado as expressões da questão social tornando-se vigente a precarização do trabalho, a pobreza, o desemprego, o estímulo à competição entre os trabalhadores, aumento da jornada de trabalho, fragmentação dos sindicatos, criaram-se metas empresariais, ampliou-se também às relações de trabalho não formalizadas.

Diante deste contexto, as regulamentações sociais eram voltadas apenas para punir e restringir o trabalhador, no entanto, identificamos que neste momento já existiam demandas por medidas de natureza social, devido ao amplo processo de industrialização instaurado no país.

Destacamos que em 1923 tem-se início o sistema de Previdência Social no Brasil, voltado apenas a alguns trabalhadores como empregados de

empresas ferroviárias e estendidas posteriormente a empregados de empresas portuárias, mineração, entre outras. (SAIBEL, 2008)

Inicia-se, a partir de 1930 grandes mudanças políticas, respaldadas no estado nacional. Getúlio Vargas, que na época era presidente da República, aliou as primeiras garantias trabalhistas a uma forte iniciativa política, buscando a regulamentação das relações de trabalho no país, e uma nova forma de responder a demanda dessa população sendo esta através da efetivação das políticas sociais. (BERING E BOSCHETTI, 2011)

Neste sentido, Bering e Boschetti discorrem que:

[...] As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento, em geral setorializadas e fragmentadas- às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.51)

Segundo Draibe (1990) *apud* Draibe, Behring e Boschetti (2011) as grandes mudanças que marcaram a década de 1930 e 40 também incluíam mudanças no mundo do trabalho, como a criação do Ministério do Trabalho em 1931; seguro velhice, invalidez e acidentes de trabalho em 1937, aposentadorias e pensões, auxílio doença, maternidade e seguro desemprego, instituição do salário mínimo no ano de 1940. São criados também o Serviço Nacional de Indústria - SENAI em 1942 e no ano seguinte o Serviço Nacional do Comércio - SENAC, há também consolidação das Leis de trabalho – CLT em 1943.

No entanto, Saibel (2008) menciona que apesar dos avanços obtidos na legislação, o regime do governo era através de cooptação e controle. Já sobre os aspectos econômicos, este período é marcado pela substituição da mão-de-obra estrangeira pela nacional e a restrição ao capital estrangeiro.

A autora destaca que outra novidade implantada neste período, diz respeito aos Institutos de Previdência Social atendendo somente a algumas categorias como: industriários, marítimos e bancários, já os trabalhadores rurais, que constituíam a maior parte da população, foram integrados neste sistema somente a partir da década de 1970.

Para Silva, Yasbek e Giovani (2007), no Brasil o Estado foi sempre considerado sujeito na produção do desenvolvimento econômico, priorizando sempre de maneira privilegiada o mercado que é também fonte de solidariedade social sendo responsável pelo bem estar social da população.

No entanto, neste dado momento tinha-se como ideia de cidadão somente os indivíduos inseridos no trabalho possuindo carteira assinada e pertencendo a um sindicato. Caso contrário o indivíduo ficava submetido à caridade ou era excluído, processo este denominado por Santos (1987) *apud* Silva, Yasbek e Giovani (2007) de cidadania regulada, como afirma as autoras abaixo:

[...] Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a carteira de trabalho, a qual passa a ser documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos àqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração Beveridgeana. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 106)

Segundo Behring e Boschetti (2011), neste período Getúlio Vargas esteve à frente de uma ampla mudança caracterizando o estado como um Estado de compromisso, causando mudanças diversas no Estado e na sociedade brasileira.

Em 1937 é instaurada a ditadura do Estado Novo, tendo também à frente o então presidente da República Vargas. Com todas essas transformações e com o início da ditadura, os procedimentos adotados não foram nada democráticos, num processo que os autores chamaram de modernização conservadora.

[...] Dentro dessa agenda, desde a fase do Estado de compromisso, além da perspectiva de dar um salto adiante do ponto de vista econômico, impulsionando as demais oligarquias agrárias e a indústria, estavam pendentes a regulamentação do trabalho e o enfrentamento da questão social, até então vista exclusivamente como questão de polícia, conforme pensava Washington Luís. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.106)

Já os anos de 1950 e 1960 foram marcados por um grande desenvolvimento. Neste período, passa-se a discutir o papel do Estado em relação às políticas públicas para intervir na saúde, educação, previdência, saneamento entre outros.

Destaca-se também em 1961 a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do Banco Nacional de Habitação (BNH) no ano de 1964, em 1966 a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Ainda neste ano é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). (SAIBEL, 2008)

A década de 1970 é marcada por uma crise clássica de superprodução, se agrava a questão do desemprego, já que as empresas estão economizando em mão de obra e investindo em máquinas. Há também um grande aumento nos preços de matérias-primas. (SAIBEL, 2008)

A autora citada acima afirma que por outro lado, tornam-se segurados da previdência social os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas, os autônomos e os ambulantes, é criada aos idosos uma renda vitalícia quando esses tivessem contribuído ao menos um ano.

Os anos de 1970 e 1980 também são de grandes avanços para o Sistema de Proteção Social. Este período marcado pelo autoritarismo da ditadura colaborou para a expansão dos programas e serviços sociais, tratando desta maneira a questão social como caso de política e não mais de polícia.

Em relação aos anos de 1980 Behring e Boschetti (2011) relatam que foi um período de estagnação em relação ao aspecto econômico no Brasil, em contraponto de muitos ganhos em relação à democracia. Diante disso Saibel afirma que:

[...] No Brasil, o sistema de proteção social ampliou-se durante as décadas de 1970 e 1980, com programas e serviços sociais atuando como uma espécie de compensação à repressão aos movimentos sociais e movimentos sindicais. Destaca-se que as políticas sociais tinham como papel central a qualificação dos trabalhadores, estabelecendo condições para o desenvolvimento da economia. (SAIBEL, 2008 p.23-24)

Behring e Boschetti (2011) destacam também em relação à década de 1980, o agravamento da crise fiscal do Estado e o endividamento externo. Outro aspecto de relevância em 1980 foi à redefinição de regras políticas, a sociedade também passa a se manifestar, iniciando vários movimentos sociais, onde reivindicavam universalização de direitos sociais e participação política. Conforme cita Saibel abaixo:

[...] Desta forma, iniciou-se neste período, ampla reforma constitucional, que resultou na incorporação de direitos, como o voto dos analfabetos, a legalização dos partidos políticos, o fim da censura e definição das eleições diretas para Presidência da República e por fim a efetivação na Constituição Federal de 1988. (SAIBEL, 2008, p.24)

A Constituição Federal foi um marco importantíssimo no que diz respeito aos direitos sociais, em relação a isso Behring e Boschetti (2011, p. 141) afirmam que “Ainda assim, a Constituinte tornou-se uma grande arena de disputas e de esperança de mudanças para os brasileiros”, já que até então estavam desprotegidos, e a partir da Constituição obtiveram, pela primeira vez, seus direitos assegurados:

[...] Assim, a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contra mobilizações de projetos e mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa da hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011 p.141)

Em relação à Previdência Social foi instaurado um piso correspondente ao do salário mínimo para o pagamento do benefício tanto para os trabalhadores urbanos quanto os rurais. (SAIBEL, 2008).

Saibel (2008) ressalta ainda alguns documentos legais aprovados que regulamentaram os artigos da Constituição sendo estes o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993.

Para Behring e Boschetti (2011) embora a Constituição tenha representado um grande avanço, esta ainda estava calcada em fortes traços de conservadorismo. Nos anos a seguir, mais precisamente em 1990, Collor vence Lula no segundo turno e assume a presidência da República guinando o país agora a conceitos neoliberais. Neste sentido as autoras afirmam:

[...] Dessa forma, para além da crise econômica que se arrastava, configurou-se uma crise política, delineada pelo avanço do movimento sindical e popular, colocando-se como alternativa de poder, combinando-se explosivamente à fragmentação da burguesia brasileira, num período grávido de possibilidades de aprofundamento da democracia política e econômica, mas também repleto de

tendências regressivas e conservadoras ainda fortes e arraigadas na sociedade brasileira, mesmo depois de tão intenso acúmulo de forças pelos trabalhadores e populares. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.143)

As autoras Behring e Boschetti apontam que a década de 1990 girou em torno de reformas, reformas estas orientadas para o mercado. Neste contexto, o Estado Brasileiro era apontado como o culpado das crises econômicas e sociais ocorridas desde a década anterior, e a reforma do Estado agora passava a ter ênfase nas privatizações e na previdência social desprezando as conquistas de 1988 em relação à seguridade social e outras.

No ano de 1993 é aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742, com vistas a reiterar o previsto nos Artigos 194, 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, conforme destaca Pereira:

[...] O artigo 1º da LOAS preceitua que a assistência social, a par de ser um direito do cidadão e um dever do Estado, é política não contributiva de seguridade social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando ao atendimento de necessidades básicas. (PEREIRA, 2011. p.25)

Neste tópico atingimos o que foi proposto inicialmente, no sentido de compreender a questão social, pois, a existência dos programas sociais só foram pensadas com base nos problemas sociais existentes, onde o Estado buscou estratégias em atender a população garantindo o mínimo para o controle da classe trabalhadora. Para ampliar nossa discussão, faremos uma reflexão sobre os conceitos de mínimos sociais previstos na LOAS, como veremos no item a seguir.

1.2. A DISCUSSÃO SOBRE OS MÍNIMOS SOCIAIS E RENDA MÍNIMA NO BRASIL

A LOAS retoma a discussão sobre os mínimos sociais. Segundo Pereira (2011), ao tratar de mínimos sociais a mesma refere-se à provisão, já quando reporta-se ao básico, preconiza o atendimento das necessidades básicas conforme a citação abaixo:

[...] Isso dá margem à interpretação de que provisão social mínima e necessidades básicas são termos equivalentes ou de mútua implicação, apesar de a lei usar denominações diferentes. Ou seja, conforme a LOAS, parece que só haverá provisões mínimas e necessidades básicas a satisfazer, de acordo com preceitos éticos e de cidadania mundialmente acatados e declarados na Constituição brasileira vigente. (PEREIRA, 2011, p.26)

Complementando esta discussão a autora afirma que os conceitos mínimos e básicos são diferentes. Ampliando esta discussão os direitos fundamentais só serão de fato garantidos se o que está previsto na LOAS deixar de ser mínimo e passar a ser básico, fundamental:

[...] Mínimo e básico são, na verdade distintos, pois, enquanto o primeiro tem conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identifica como patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. (PEREIRA, 2011, p.26)

Segundo Pereira (2011), para iniciarmos essa revisão deve-se entender provisões e necessidades como conceitos correlatos sabendo sempre que, isto não é responsabilidade exclusiva da assistência social. A autora destaca também que a provisão social é uma política que está em movimento.

Neste sentido, Demo (1997) destaca que no Brasil temos muito a avançar ainda, principalmente em relação à assistência social conforme evidenciamos na citação abaixo:

[...] A assistência social, em nosso cenário rezando concreto, parecia pedir tudo, mas, na prática, é obrigada a contentar-se com migalhas. A noção de mínimo social, correta como direito mínimo, tende a consolidar, à revelia, menoridade definitiva para os excluídos. (DEMO, 1997, p.61)

O autor enfatiza que a visão tida ainda hoje em relação aos mínimos sociais é alienada face à pobreza política. Outro ponto importante apontado pelo autor é a continuidade de uma fala universalista, mantendo sempre políticas residuais, confundindo o “social” com assistência:

[...] O que se define como “mínimo”, tende a tomar direção contrária, no sentido de tornar-se cada vez “mais mínimo”, com o argumento fatal do sistema de falta de recursos; as necessidades básicas não

atendidas da população, em grande parte pobre, levariam a consumir todos os recursos disponíveis, quebrando não só a lógica do lucro, capitalista como também o princípio da prioridade do investimento sobre o gasto; afinal, os recursos para a assistência não provêm de outra fonte que não seja o sistema produtivo. (DEMO, 1997, p.62)

Neste sentido Pereira (2011) complementa que quando usado o termo “ótimo” em relação aos mínimos sociais, não se refere ao máximo, pois o ótimo depende também de cada cultura, o máximo é inalcançável neste caso, o que pode ser alcançado são patamares mais elevados de serviços e direitos alcançados a partir das provisões básicas. Essas conquistas são como resultados positivos no âmbito das políticas sociais, entre elas as políticas econômicas que possibilita aos indivíduos, serem autores de suas próprias vidas, garantindo a mesma autonomia e criticidade.

Algo muito debatido também é em relação às necessidades sociais básicas e da importância em defini-las, pois ao questionar o estatuto da cidadania, as necessidades básicas assumem papel de destaque quando justifica os direitos sociais e as políticas públicas, sendo assim, Pereira afirma que: “Destarte, falar atualmente em direitos e políticas sociais públicas implica recorrer ao conceito de necessidades humanas básicas”. (2011, p.37)

Pereira (2011) coloca que no Brasil uma das primeiras iniciativas de mínimos sociais ocorreu na década de 1930, com a fixação do salário mínimo, momento no qual se gerou os primeiros estudos para estabelecer de quanto seria o mínimo.

Diante disso, Sposati (1997) afirma que obter o número para quantificar esse salário foi produto de um dos primeiros estudos sociológicos sobre as condições devidas de um trabalhador urbano brasileiro, que no caso foi realizado em São Paulo, com os lixeiros.

Outro aspecto a ser considerado neste contexto, é que o Brasil ainda possui uma cultura de discriminação relacionada aos direitos universais à cidadania. Os brasileiros apresentam resistência em aceitar a cidadania como direito de todos. Como apresentado abaixo:

[...] Riqueza e direito são ainda, infelizmente, parceiros exclusivos na sociedade brasileira, pautada na cultura elitista e paramentada por um Estado de mínimas responsabilidades sociais e públicas. (SPOSATI, 1997, p. 09)

A autora coloca em destaque a dificuldade encontrada no país na aplicação de direitos constitucionais, tendo em vista que o Brasil possui previsões legais que não são cumpridas, demonstrando assim a dificuldade enfrentada, naquele momento histórico, em discutir os mínimos sociais em um país neoliberal que insistia em desresponsabilizar cada vez mais o estado. Ainda de acordo com esta autora:

[...] Em oposição e analogia afirmo que discutir mínimos de cidadania no contexto neoliberal que vivemos é um grande desafio e exige remar contra a corrente neoconservadora que propõe a desmontagem da responsabilidade pública e social. (SPOSATI, 1997, p.10)

A concepção de mínimos sociais são muito mais que um ato formal, este demanda um estatuto de responsabilidade pública e social. A proposição de mínimos sociais no Brasil exige uma série de mudanças culturais, o qual Sposati (1997) denomina de “consciência de cidadania”.

No âmbito das políticas sociais Demo (1997) argumenta que é primordial entender que para a política social ser de fato social, ela deve interferir nas relações de mercado, pois a desigualdade social caminha junto ao capitalismo.

O autor ressalta também que quando se fala em exclusão não se trata somente de renda, mas também de gênero, cultural e simbólico, desta forma, não adiantaria somente uma política social distributiva tendo em vista que serviria aos excluídos apenas as sobras do sistema. Sobre as políticas sociais Demo (1997, p. 54) afirma que:

[...] Precisa ser nitidamente redistributiva, no sentido de viabilizar, nos desiguais, a capacidade histórica de conquistar a participação na renda usurpada pela elite econômica e política. Redistribuição acarreta transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres, atingindo a estrutura da desigualdade vigente. (DEMO, 1997, p.54)

Neste sentido, entendemos a importância da política da intervenção, pois lemos e enxergamos um “debate contra a pobreza”, não percebendo que isto se trata de uma consequência do mercado, sendo a redistribuição de renda um problema para o sistema capitalista. A política social deve ser uma conquista para todos os cidadãos, diante disto o autor ressalta que:

[...] Mesmo que a história esteja coalhada de intervenções incompetentes no mercado, permanece o desafio central de intervir no mercado capitalista com competência humana. Assim política social contém tanto um desafio de intervir nas estruturas históricas do poder quanto nas estruturas históricas do mercado. (DEMO, 1997, p. 55)

Demo (2007) continua sua discussão afirmando que para combater a pobreza, é necessário a busca de estratégias e iniciativas de confronto. Uma delas é a Assistência social, pois os princípios fundamentais desta é a dignidade humana, ou seja, defende que sobreviver é um direito e não pode ser deixado a mercê do mercado, pois sem sobrevivência nada mais faz sentido. No entanto as necessidades materiais não devem ser consideradas menos importantes, pois estas são mediatas, e é nisto que a assistência social, na lógica da LOAS, trabalha.

Demo (2007) discorre ainda que ao reconhecer que a sobrevivência material é direito, esta passa a ser a prova primeira da democracia, pois quando se é questionado também a sobrevivência material remete-se a uma sociedade que não necessite de ajuda alheia para prover suas próprias necessidades. No entanto, algumas situações devem ser reconhecidas como definitivas de auto sustentação, tendo em vista que em alguns casos a necessidade permanente de assistência será necessária.

Outro ponto a ser pensado quando se quer debater a situação de pobreza é em relação ao emprego, pois é ele que garante ao cidadão condições materiais de vida.

Demo (1997) ressalta ainda a importância do emprego no sistema capitalista, em termos de direito a auto sustentação, o que o capitalismo teria de melhor a oferecer é emprego e trabalho e, se possível fosse, pleno emprego. Diante disso Demo segue afirmando:

[...] O mercado, em sua lógica, tende a usar o ser humano como simples mercadoria, no contexto da mais-valia, ou seja, reservada para apenas um lado a apropriação da riqueza gerada, ficando para o outro lado o mínimo possível, sob a forma de remuneração. (1997, p. 56)

Ainda sobre o combate à pobreza Demo (1997) ressalta a importância da cidadania, ou seja, de um sujeito histórico e político capaz de realizar seus próprios projetos, buscando meios para melhorar sua condição de vida.

Sposati (1997) argumenta que: não se tratava de garantir mínimos sociais, mas o trabalho como meio de garantia de subsistência, onde o valor do salário deveria assegurá-la, no entanto enquanto em outros países discutiam sobre o keynesianismo, tendo este como base o pleno emprego e políticas sociais como padrão básico; no Brasil o caminho era contrário, pois a garantia de trabalho não foi priorizada, muito menos as políticas sociais.

No entanto, houve o reconhecimento de que trabalhar era necessário. Sendo assim Sposati (1997, p. 18) afirma que:

[...] O acesso à sobrevivência seria então a venda da força de trabalho para ter acesso aos bens por intermédio do mercado. Portanto, se o cidadão tem trabalho, sobrevive; senão morre. Trata-se da encarnação da frase bíblica: ganharás teu pão com o suor do teu rosto. (SPOSATI, 1997, p.18)

O que foi considerado no Brasil, como mínimo de subsistência, garantia aos cidadãos somente meios para manter-se limpo, vestido e alimentado para continuar produzindo, Quanto a este, Sposati define que tais mínimos se funda na pobreza extrema:

[...] Princípiar, a discussão por esse ângulo não significa admitir, como Jaguaribe, que propor mínimos é adotar um pacto de conformismo com um baixo padrão de vida. Trata-se, sim, de tomar por referência as piores situações percebidas, não para padronizá-las, mas para detectar um limiar de viver produzido por determinada sociedade no sentido de superá-lo. (SPOSATI, 1997, p.17)

Falando em mínimos sociais faz-se necessário descrever agora sobre a alternativa executada no Brasil para garantir aos cidadãos os mínimos, desta forma abordaremos no próximo tópico os Programas de Transferência de Renda.

1.3. BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO CONTEXTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL.

No Brasil uma das primeiras discussões sobre os Programas de Transferência de Renda aconteceu em 1975, quando foi publicado um artigo que se intitulava de “Redistribuição de Renda” escrito por Antônio Maria da Silveira na Revista Brasileira da Economia. Segundo Silva e Silva (2007) são considerados Programas de Transferência de Renda:

[...] Aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de previa contribuição, as famílias pobres assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar, predominantemente, no caso dos programas federais de meio salário mínimo. (p.131)

Neste artigo o autor Antônio relatava que a economia brasileira da forma que estava estruturada não conseguia abranger a toda população e muitas vezes nem mesmo a população que já estava inserida no trabalho. Desta forma seria necessária a intervenção do Estado, este então apresentou uma proposta baseada no Imposto Negativo de Renda de Friedman (1967) para reduzir a pobreza. Neste artigo ele propunha:

[...] Uma transferência monetária proporcional à diferença entre um nível mínimo de isenção e a renda auferida pelo pobre, tomando por base um nível de subsistência como referência para fixação do nível de isenção. (SILVA, YASBEK E GIOVANI, 2007, p. 87)

De acordo com Ferreira (2010) o desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda no Brasil acontecem nos anos de 1990. Sendo que este desenvolvimento dar-se-á em cinco momentos:

O primeiro momento inicia-se na proposta lançada por Silveira que na época acabou influenciando o Projeto de Lei nº 80/91, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy. Este projeto tinha por objetivo a fixação da renda mínima no Brasil, através do Programa de Transferência de renda e foi aprovado por unanimidade no senado federal.

Silva e Silva (2007) discorrem que em 1991 a discussão sobre a renda mínima começou a ganhar força no Brasil em relação a mínimos sociais iniciando um segundo momento.

Já para a autora Ferreira (2010) este momento:

[...] Compreende o período entre 1991 a 1993 quando Camargo defendeu uma proposta de transferência de renda no valor de um salário mínimo a todas as famílias, independente da renda familiar, que tivessem filhos entre 05 e 16 anos matriculados e frequentando regularmente escolas públicas. (p.62)

A autora apresenta que neste período a ideia de articular a renda familiar e a escolarização de filhos em período escolar. O proposto era a ideia de que todas as famílias tivessem direito a uma transferência monetária, de caráter assistencial e compensatório, desde que tivessem dependentes em período escolar e que estes frequentassem constantemente escola da rede pública.

Sendo assim Silva, Yasbek e Giovani (1997, p.89), afirma que tratava-se de uma proposta de política social, a curto prazo amenizasse a pobreza e, a longo prazo reduzisse a reprodução da pobreza.

Ferreira (2010) coloca que o terceiro momento sobre os programas de transferências de renda:

[...] Se inicia em 1995, com a implantação das primeiras experiências municipais de políticas de transferência de renda nos municípios de Campinas, Ribeirão Pretos e Santos (SP) e em Brasília (DF), expandindo-se depois para outros municípios e Estados. (FERREIRA, 2010, p.63)

Como exposto acima em 1995 inicia-se o terceiro momento do debate sobre o Programa de Transferência de Renda agora conduzido pelo desenvolvimento municipal, e diversas propostas e experiências em vários municípios e estados.

Silva e Silva (2007) acrescentam ainda que neste contexto, a Política de Renda Mínima ultrapassa o patamar de mera utopia, para se constituir apenas como uma alternativa concreta de política social.

Ferreira (2010) complementa ainda que neste terceiro momento ocorreu a transação do plano real que foi implantado em 1994. Este plano foi

conduzido no governo de Itamar Franco e teve continuidade no ano de 1995. Neste período temos a frente de governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, que tinha como proposta uma política neoliberal de cunho excludente e desigual, cuja marca era o conservadorismo preocupando-se apenas com o econômico. Silva e Silva discorrem ainda que:

[...] Essa nova conjuntura colocou Fernando Henrique Cardoso, no seu primeiro mandato iniciado em 1995, a prioridade absoluta, de dar continuidade a estabilização da economia, cuja preocupação central era inserir o Brasil na economia globalizada. Para isso, esse governo assumiu, definitivamente, uma política neoliberal, imprimindo novos rumos para o trato da questão social, especificamente da pobreza. (2007, p.91)

A autora menciona que neste período também foi implantado o Programa Comunidade Solidária:

[...] cuja marca era a focalização conservadora que se orientava pela concentração do combate à pobreza apenas em alguns municípios brasileiros, considerados os mais miseráveis, e pelo alijamento do movimento social, embora seja conclamada a participação da sociedade civil na luta contra a pobreza. (SILVA e SILVA, 2007, p.91)

O quarto momento desta trajetória inicia-se em 2001, no segundo mandato de FHC que vai de 1999 a 2003 no qual foi caracterizado como grande momento de expansão dos programas de renda mínima no Brasil com caráter descentralizado contando com a participação da instância federal que até então era inexistente. Como aponta Ferreira a seguir:

[...] Foi criado também o Programa Bolsa-Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros, além de expandidas as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996 e do Benefício de Prestação Continuada. Tais programas passam a ser considerados pelo Governo como o eixo central de uma “Rede de Proteção Social”. (2010, p.63)

Ferreira (2010) complementa ainda que a denominada rede de proteção social compreendia até 2003 um conjunto de programas direcionados à população com renda familiar de até de meio salário mínimo sendo este um dos critérios de inserção dos programas tais como: BPC, PETI, Agente Jovem, Bolsa-Escola, Bolsa- Alimentação, Auxílio- Gás, Cartão Alimentação e Fome Zero. Até

dezembro de 2004, o governo considerava também outros programas como de transferência de renda e integrantes da rede (PIS/ PASEP).

Destacamos que não apresentaremos detalhadamente cada um destes programas e benefícios de transferência de renda, pois não são foco do nosso estudo.

O quinto período iniciou-se em 2003, no Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva sendo este momento marcado por mudanças significativas no que tange os programas de transferência de renda.

De acordo com Silva e Silva (2007) em 2003 ocorre a unificação de todos os programas de renda direta até então existentes, transformando-os em apenas um único programa no qual passa a ser caracterizado como “Programa Bolsa Família” tendo como principal estratégia o combate à fome e a erradicação da pobreza.

Ressaltamos que este momento trouxe uma nova caracterização dos Programas de Transferência de renda no Brasil. Assim sendo, no próximo capítulo teremos como foco principal entender o programa Bolsa Família, quais os critérios e condicionalidades para a inserção dos usuários no programa social.

CAPÍTULO II: O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A VINCULAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Como exposto anteriormente os programas de transferência de renda são aqueles destinados a um público alvo. A partir de 2003 com a unificação dos programas de transferência de renda: (Peti, Bolsa Escola, Auxílio Gás, cartão alimentação, fome zero), a estrutura organizacional no combate à pobreza e exclusão social passam a ser caracterizados de forma diferenciada no Brasil.

A proposta deste capítulo é apresentar as características deste novo programa social, quais são os critérios e condicionalidades que o programa impõe e quais foram às mudanças ocorridas a partir do ano de 2003, que buscou transformar a realidade social da população brasileira.

Antes de iniciarmos falando sobre os critérios e condicionalidades do programa, apresentaremos de forma sucinta a PNAS/2004 e o SUAS/2005 relacionando o PBF no contexto dos serviços socioassistenciais ofertados pela política de assistência social.

Posteriormente apresentaremos a caracterização do município de Lidianópolis e a os dados do Programa Bolsa Família no município.

2.1. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO PBF

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 é fruto de muitas lutas sociais que vem desde a promulgação da LOAS/93 que garante a assistência social como um direito de todos a quem dela necessitar. (PNAS,2004).

Tanto a CF/88 como a LOAS/93 apontam que existem direitos, no entanto somente em 2004 com a PNAS/04 é que são evidenciados de que forma serão aplicados de fato esses direitos na vida do cidadão fazendo valer o que é garantindo em lei.

Neste sentido, a construção da PNAS foi uma deliberação da Conferência Nacional de 2002 (CNAS, 2002). Posterior a Conferência Nacional, a Secretaria Nacional de Assistência Social em conjunto com o Conselho Nacional de Assistência Social assumiram a tarefa de reformular a política de assistência social comprometendo-se em assegurar a defesa do direito a renda, a segurança alimentar e a assistência social, como exposto na resolução abaixo:

[...] O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, considerando a apresentação de proposta da Política Nacional de Assistência Social – PNAS , pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em 23 de junho, considerando a realização de Reuniões Descentralizadas e Ampliadas do Conselho para discussão e construção coletiva do texto final da PNAS ocorridas respectivamente em 21 e 22 de setembro de 2004 na cidade de Aracaju e em 21 e 22 de setembro de 2004 no Distrito Federal e, considerando o disposto no art.18, incisos I,II,IV da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004).

De acordo com informações do MDS (2005) em 2004 o Conselho Nacional de Assistência Social através de diversos encontros e debates buscou construir um redesenho da política de assistência social passando a incorporar uma política que abrangesse todo território brasileiro e alcançasse a população com maiores índices de vulnerabilidade social.

Nozabielli (2008) complementa ainda que:

[...] Esse documento normativo introduziu a perspectiva territorial, a dinâmica populacional, os indicadores de desigualdade, as demandas sociais, o tipo de rede socioassistencial, com variáveis que interessam diretamente a gestão e ao financiamento da política de assistência social. (NOZABIELLI, 2008, p.73)

Ou seja, a PNAS/2004 traz o desafio de enfrentar as desigualdades sociais com a proposta de uma política não fragmentada, mas uma política capaz de atender as necessidades reais da população.

Portanto a PNAS coloca que o Estado deve garantir a família uma rede de serviços que garanta os direitos sociais elencados pela LOAS/93. A PNAS aponta ainda que:

[...] Constitui o público usuário da política de assistência social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos

de afetividade; pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos; cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, PNAS, 2004, p.33)

Ou seja, verificamos que, ao contrário do que muitos pensam a política de assistência social não é voltada somente às famílias de baixa renda, é muito mais ampla que isso, pois é universal e deve atender a todos que dela necessitar.

Nesta perspectiva é aprovada no ano de 2005 a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS que vem materializar o que foi proposto na LOAS/93 e na PNAS/2004 no que tange a divisão dos serviços, programas e projetos. Até então não havia propostas de quais seriam os serviços, de que forma seriam implementados. Como previsto na PNAS:

[...] O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios tem como foco prioritário a atenção as famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (BRASIL, PNAS, 2004, p.39)

De acordo com a PNAS (2004), o SUAS vem caracterizar um novo modelo de gestão que permitiu o avanço da política de assistência social trazendo condições de universalização da proteção social e também a responsabilidade do Estado na condução da política de assistência. O SUAS então passa a dividir as responsabilidades de governo visando garantir a participação das três esferas de governo sendo elas: Municipal, Estadual e Federal, que até então eram escassos.

Assim sendo, a PNAS/ 2004 aborda a questão da proteção social básica e proteção social especial que serão ofertados pelos equipamentos do CRAS e CREAS que serão a porta de atendimento dos serviços socioassistenciais ofertados pela política de assistência social.

De acordo com a PNAS entende-se que a proteção social básica:

[...] Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários [...]. Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. (BRASIL, PNAS, 2004, p.33-35).

A PNAS discorre ainda que:

[...] A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outros. (BRASIL, PNAS, 2004, p. 37)

Ou seja, é através dos equipamentos CRAS e CREAS que a garantia de acesso aos direitos sociais da população usuária da política de assistência social.

De acordo com informações do MDS (2005) a PNAS/04 e o SUAS/05 são considerados como um avanço para a assistência social, pois além de motivar a responsabilidade estatal, faz a divisão de como serão executados os serviços, programas e projetos e assim promover a universalidade e a descentralização dessa política em todo território nacional.

Ainda tratando de proteção social básica podemos dar ênfase aos programas sociais atendidos e acompanhados pelo Centro de Referência de Assistência Social, sendo que um deles é o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.

O que ressaltamos aqui é que o SUAS e a PNAS acabam por estruturar os programas sociais ofertados pela política de assistência social. É através dessa organização do Sistema Único de Assistência social que permitiu o funcionamento articulado das redes de serviços.

De acordo ainda com o MDS (2014) o PBF tornou-se um dos benefícios coordenados pela política de assistência social e acompanhado pelas demais políticas públicas, sendo reconhecido em todo território nacional, como

programa de maior abrangência relacionado ao número de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A seguir daremos continuidade ao Programa Bolsa Família dando ênfase agora aos critérios e condicionalidades usados para a inclusão nos programas sociais.

2.2 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

Após a unificação dos programas de transferência de renda anteriores, buscou-se inovar em um programa que abrangesse toda população brasileira e assim amenizasse a situação de pobreza e exclusão social. Silva e Silva discorrem:

[...] O ano de 2003 inaugurou o desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda, quando iniciou-se o governo de Lula. Destaque passou a ser dado a prioridade para o enfrentamento da fome e da pobreza no país, situando as políticas sociais enquanto importantes mecanismos na construção deste projeto, desde que articuladas a uma política econômica que propicie o crescimento, a redistribuição e a elevação dos níveis de desemprego. (2006, p.28)

Sobre a administração de Luís Inácio Lula da Silva, o novo governo se propôs a avaliar os programas de transferência anteriores, sendo que no diagnóstico realizado por uma equipe específica, foram identificados alguns problemas.

Silva e Silva (2006) coloca ainda a relação problemática em relação à contrapartida do município que deveria ser oferecida pelas prefeituras. Os municípios considerados pobres deveriam ter uma contrapartida menor comparado aos municípios de grande porte.

Outro ponto ressaltado pela autora é que o orçamento alocado era insuficiente, fazendo com que não só o público alvo não fosse atendido, mas também que fosse impossível produzir impactos significativos na população beneficiária.

Ferreira (2010) complementa que com esses problemas detectados houve a necessidade de reformulação dos programas de transferência de renda. A

partir de então há uma proposta do Governo Federal de um programa que unificasse os programas até então existentes:

[...] O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo Governo Federal em 20 de outubro de 2003 através da medida provisória n.132, convertida na Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentada pelo Decreto n.5.209, de 17 de setembro de 2004. (FERREIRA, 2010, p.69)

Silva e Silva discorrem ainda que:

[...] Foi instituído pela medida provisória n° 132, de 20 de outubro de 2003, situando-se no âmbito da Presidência da República e caracterizando-se como destinado a ações de Transferência de Renda com condicionalidades, devendo sua execução ocorrer de forma descentralizada com a conjugação de esforços entre os entes federados, considerando-se a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social. (2007. p.136)

De acordo com informações do IPEA (2013) no ano de 2003 uns dos ganchos principais para a unificação dos Programas de Transferência de Renda em um único programa, tinha como prioridade combater a fome e a pobreza da sociedade brasileira. Silva e Silva afirma que:

[...] O Bolsa Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo, pela elevação do valor monetário do benefício, pela simplificação que representa e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza, de modo que, segundo os idealizadores do programa não há possibilidade de diminuição da transferência monetária em relação ao benefício então prestado por qualquer dos outros programas. (2007, p.137)

Segundo informações do IPEA (2013), no início do ano de 2004 houve a iniciativa de implantação de um cadastro, sendo este o CadÚnico utilizado como forma de controle social no qual identificariam as famílias inseridas nos programas sociais. No entanto, essa iniciativa da implantação de um novo sistema só ocorreu de fato no ano de 2007.

Já no período de 2005 e 2006 houve a criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que refere-se à transferência mensal de recursos financeiros repassados a cada município, pelos aperfeiçoamentos ocorridos no CadÚnico,

acompanhamento e condicionalidades em articulação com outras políticas setoriais como saúde, educação e assistência. De acordo com o IPEA:

[...] Com a articulação entre o MDS e os municípios, o percentual de cadastros válidos no CadÚnico saltou de 31% para 92% entre março de 2005 e outubro de 2006. Por sua vez, em meados de 2006, o programa atingiu sua meta inicial de atendimento, de cerca de 11 milhões de famílias beneficiárias. (IPEA, 2013, p.30)

Como exposto anteriormente no ano de 2004 houve iniciativa da implantação do CadÚnico, porém o cadastro social tornou-se mais evidente a partir do ano de 2007 definindo com maior clareza os objetivos, os processos, a forma de como ocorreria à operacionalização, onde mais tarde passou a ser um dos requisitos de inclusão social e inserção dos beneficiários do PBF.

O ano de 2009 e 2010 o governo adota o sistema de renda *per capita*, que prevê a variação da renda familiar e a criação de outros benefícios pagos às famílias com adolescentes com idade entre 16 e 17 anos como veremos ainda neste capítulo que retratará todos os benefícios existentes.

Assim podemos identificar que o PBF foi uma inovação nos programas sociais visando atingir de forma universalizada as camadas mais pobres da sociedade brasileira, no que tange os direitos sociais, ao suprimento das necessidades consideradas básicas, no combate à pobreza, em promover o acesso das famílias mais pobres a rede de serviços públicos em relação a saúde, educação e assistência social.

A seguir daremos continuidade ao Programa Bolsa Família dando ênfase aos critérios e condicionalidades usados para a inclusão nos programas sociais.

2.3 CRITÉRIOS, CONDICIONALIDADES E BENEFÍCIOS DE INSERÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

O Programa Bolsa Família como dito anteriormente é um programa de transferência de renda direta que visa proporcionar aos seus beneficiários o alívio imediato da pobreza. Porém, como todos os programas sociais apresentam critérios

e condicionalidades. Assim sendo, neste tópico será avaliado como ocorre à inclusão dessas famílias no programa.

De acordo com o MDS (2014) o programa tem como finalidade atender as famílias em situação de pobreza sendo estas com renda per capita de R\$ 77,01 á R\$ 154 reais e em caso de extrema pobreza o valor mensal por pessoa é de até R\$ 77,00 reais.

Segundo informações do MDS (2014), a seleção das famílias é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que é o instrumento de coleta e gestão de dados econômicos e sociais no qual tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil e também colher dados econômicos e sociais.

Ou seja, o programa tem como critério de elegibilidade a inserção das informações de composição familiar, situação de moradia e despesas das famílias, além de informações pessoais de cada membro familiar no Cadastro Único. O órgão responsável por sua operacionalização é a Caixa Econômica Federal. A concessão é realizada conforme discorre Mesquita:

[...] O processo de concessão pode ser sinteticamente descrito da seguinte forma: mensalmente, a (Caixa Econômica Federal), agente operador do CadÚnico e do PBF, realiza uma pesquisa na base nacional do CadÚnico e identifica as famílias que atendem aos critérios de elegibilidade do programa. (2007, p.70)

Quanto às condicionalidades é necessário a articulação entre as políticas de saúde, educação e assistência social com a finalidade de proporcionar qualidade nos serviços ofertados aos usuários. Para Penna (2010) essas condicionalidades foram criadas para que as famílias beneficiadas também tivessem que fazer a sua parte para merecer o benefício recebido, ou seja, dessem uma contrapartida ao que estavam recebendo:

[...] Os objetivos do acompanhamento das condicionalidades vão além do monitoramento do cumprimento ou não das condicionalidades. Objetivam também responsabilizar os governos pela oferta e acesso por parte desta população mais vulnerável aos direitos sociais básicos da educação e saúde, bem como, frente ao descumprimento, mapear as famílias mais vulneráveis e com maior necessidade de acompanhamento em função da dificuldade de cumprimento das condicionalidades. (PENNA, 2010, p. 50)

De acordo com os relatórios sociais do SAGI (2014) as condicionalidades relacionadas à educação são operacionalizadas da seguinte forma: crianças e adolescentes 06 a 15 devem ter frequência escolar mínima de 85%. Tratando-se dos jovens com idade entre 16 e 17 anos a frequência mínima é de 75%.

Na saúde estas condicionalidades ocorrem através do monitoramento da nutrição para grávidas nutrízes, bem como para crianças de até sete anos de idade, há também o monitoramento do pré-natal e pós-natal desta gestante e a vacinação de crianças de até sete anos de idade:

[...] O acompanhamento da condicionalidade da saúde é de apuração semestral, por meio do Sistema Bolsa Família na Saúde – SISVAN. A educação é realizada bimestralmente pelo projeto Presença *online*. (PENNA, 2010, p.48)

Silva e Alcântara (2012) complementam que deve-se:

[...] Manter em dia o calendário de vacinação, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde;

Realizar o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil por meio a vigilância alimentar e nutricional, conforme o calendário mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde;

Participar de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre promoção da alimentação saudável. (p.18)

De acordo com o MDS (2014) na área de assistência social, crianças e adolescentes com até quinze anos em risco social e pessoal ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Com base ainda nos dados fornecidos pelo MDS (2014) cabe à assistência social realizar o acompanhamento destas famílias por meio dos serviços ofertados através do CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, sendo este a porta de entrada, tratando-se da assistência.

O PBF coloca que quando essas condicionalidades deixam de ser cumpridas em primeiro momento ocorre uma advertência a família beneficiária, em

segundo momento há um bloqueio temporário do benefício ou em caso de não regularização do cadastro o mesmo é suspenso. Como discorre Mesquita:

[...] Ao primeiro descumprimento, a família é advertida por meio de correspondência que a informa dos compromissos com a frequência escolar e a saúde. Em seguida está prevista um bloqueio temporário do benefício, sendo o desbloqueio automático já no mês seguinte e o recebimento da parcela anterior. Persistindo a situação de descumprimento o benefício é suspenso por dois meses. (MESQUITA, 2007, p.72)

Outro ponto a se destacar é que além dessas condicionalidades, às famílias devem sempre estar atentas ao prazo de recadastramento do programa. De acordo com o MDS (2014) o prazo de cadastramento é de até dois anos, se não for atualizado, o benefício também é cancelado.

O MDS (2014) aponta também que o acompanhamento das condicionalidades visa monitorar o cumprimento do compromisso pelas famílias beneficiárias, de responsabilizar o poder público em garantir os serviços à população e identificar as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Porém, ao analisar essas condicionalidades expostas anteriormente, enfatizamos que o programa possui um caráter criterioso que ao mesmo tempo em que incluem muitas famílias, acaba excluindo também, pois quando coloca que o primeiro critério de inserção é a renda, automaticamente elimina grande parcela da população.

Outro ponto a ser considerado em relação ao PBF é o caráter fiscalizatório, sendo esta uma forma de controle. Segundo informações do MDS (2014), as ações de fiscalização se desenvolvem *in loco* e a distância tendo como base informações de dados do Cadastro Único e por meio do controle social do PBF, que tem como finalidade a participação civil nas decisões relacionadas a âmbito municipal, estadual e federal.

Como apontado anteriormente o PBF apresenta alguns critérios de elegibilidade nos quais tem como público alvo famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Sendo assim, o programa oferece benefícios diferenciados no que tange aos valores monetários, desta forma será apresentada na tabela abaixo os tipos de benefícios existentes de acordo com os dados atualizados do ano de 2014.

<p>Variável vinculado ao adolescente: Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos- limitado a dois benefícios por família.</p>	<p>R\$ 42,00</p>
<p>Benefício para superação da extrema pobreza calculado caso a caso: Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.</p>	<p>Valor calculado caso a caso</p>

Fonte: MDS (2014)

* Observação: Os benefícios variáveis acima descritos são limitados a cinco pessoas por família, mas todos os integrantes da família devem ser registrados no Cadastro Único.

Neste tópico foram apresentados os critérios e condicionalidades para inserção no Programa Bolsa Família, logo em seguida foram relatados e sintetizados os tipos de benefícios ofertados pelo programa, destacando também os valores monetários repassados aos usuários.

Para maior entendimento torna-se necessário entender como se desenvolve a gestão do PBF em âmbito municipal, estadual e federal. Serão apresentados também no item a seguir os valores repassados pelo órgão federal para cada estado brasileiro.

2.4 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A partir de agora serão apresentados como acontece à gestão descentralizada do PBF, nos três níveis de governo. Em primeiro momento será

discutido acerca da gestão descentralizada explicando de forma sucinta o objetivo proposto.

De acordo com o MDS (2014), a gestão descentralizada permite que as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) realizem um trabalho conjunto nas tomadas de decisões referentes ao PBF, criando assim expectativas para combater a pobreza e a exclusão social.

Esta gestão descentralizada é caracterizada pelo IGD- Índice de Gestão Descentralizada no qual tem o objetivo de avaliar a eficiência do PBF, e assim repassar os recursos para os Estados e Municípios.

Além de acompanhar o desenvolvimento do programa o IGD busca aprimorar a qualidade dos serviços ofertados proporcionando assim, mais recursos a serem reaplicados pelo município nos processos de gestão do Bolsa Família. Apresentaremos abaixo os valores dos tetos para o IGD Estadual para o ano de 2014:

TABELA 2: Valores dos tetos para o IGD-E 2014

Valores dos tetos para o IGD-E 2014		
UF	Teto Mensal (em R\$)	Teto Anual (em R\$)
AC	41.502,00	498.018,00
AL	60.855,00	730.263,00
AM	130.078,00	1.560.942,00
AP	39.298,00	471.574,00
BA	188.967,00	2.267.601,00
CE	111.429,00	1.337.155,00
ES	48.838,00	586.059,00
GO	83.395,00	1.000.735,00

MA	113.227,00	1.358.728,00
MG	194.051,00	2.328.618,00
MS	59.648,00	715.778,00
MT	94.198,00	1.130.375,00
PA	150.912,00	1.810.943,00
PB	75.003,00	900.037,00
PE	109.160,00	1.309.919,00
PI	81.368,00	976.410,00
PR	95.599,00	1.147.181,00
RJ	91.906,00	1.102.877,00
RN	63.088,00	757.053,00
RO	50.478,00	605.733,00
RR	42.422,00	509.059,00
RS	107.284,00	1.287.410,00
SC	64.984,00	779.813,00
SE	49.108,00	589.299,00
SP	190.066,00	2.280.798,00
TO	59.927,00	719.122,00
Total	2.396.791,00	28.761.500,00

Fonte: MDS/SENARC (2014)

Conforme apresentado na tabela anterior esses valores são repassados mensalmente e anualmente a todos os estados brasileiros. Podemos observar que o valor repassado é diferenciado, isto porque o valor é calculado e adequado ao contexto social de cada localidade.

Segundo informações do MDS (2014) na gestão municipal o trabalho é identificar e realizar o cadastramento das famílias no Cadastro Único e prestar apoio as Instâncias de Controle Social. Nos municípios é utilizado o Sistema de Gestão de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) no qual são realizados os bloqueios, cancelamento e reversão dos benefícios.

É preconizado também articulação intersetorial para realização de ações complementares, com a finalidade de desenvolvimento das famílias. Já na gestão estadual, tem a responsabilidade de orientar e acompanhar os municípios em ações complementares tais como geração de renda e apoio às atividades produtivas e ainda prestar assessoria no que diz respeito ao PBF.

Tratando-se ainda de gestão agora em nível federal nos reportamos ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome como o responsável pelo funcionamento do Programa Bolsa Família.

De acordo com o próprio MDS (2014) deve haver uma articulação junto aos gestores estaduais e municipais para a implementação do PBF e do Cadastro Único, além de fazer todo o acompanhamento e a parte fiscalizadora do programa.

A partir deste momento utilizaremos como referência a Controladoria Geral da União - Portal da Transparência do governo federal no qual serão ilustrados através de tabelas os valores repassados às famílias em âmbito nacional e estadual.

TABELA 3: Transferências de recursos por ação de governo - Ano 2014

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional- Transferências de Recursos:	Total destinado a ação Transferência de Renda Diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza
R\$ 190.613.114.797,71.	10.546.291.500,00

Fonte: Portal da Transparência 2014

**TABELA 4: Transferências de recursos por ação de governo em nível estadual
- Ano 2014**

Estado	Total repassado por ano:
Acre	81.274.120,00
Alagoas	338.061.372,00
Amapá	47.680.852,00
Amazonas	322.212.784,00
Bahia	1.360.248.868,00
Ceará	824.392.364,00
Espírito Santo	131.673.732,00
Goiás	230.750.336,00
Maranhão	837.159.576,00
Mato Grosso	131.089.176,00
Mato Grosso do Sul	106.244.224,00
Minas Gerais	812.359.224,00
Pará	727.218.854,00
Paraíba	404.962.330,00
Paraná	274.564.160,00
Pernambuco	839.304.968,00
Piauí	381.550.142,00
Rio de Janeiro	670.720.608,00
Rio Grande do Norte	267.430.668,00
Rio Grande do Sul	312.622.762,00
Rondônia	82.214.332,00

Roraima	39.029.498,00.
Santa Catarina	97.405.754,00
São Paulo	923.229.684,00
Sergipe	198.797.210,00
Tocantins	109.237.660,00

Fonte: Portal da Transparência 2014

Como apresentado no quadro acima esses valores se apresentam de forma diferenciada, pois os valores repassados dependem do desenvolvimento social de cada estado.

Outro ponto relevante na tabela e que não podemos deixar de lado é em relação ao estado da Bahia que apresenta o estado que mais recebeu recursos estaduais relacionado ao PBF. No entanto o foco do trabalho não é analisar o PBF por Estado, esses dados foram apresentados com o objetivo de situarmos a realidade geral do programa a nível nacional.

Portanto no item a seguir, apresentaremos o município de Lidianópolis, que encontra-se localizado no Estado do Paraná, com o objetivo de posteriormente, identificar a operacionalização do Programa Bolsa Família no município.

2.5. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS

Neste item faremos uma breve contextualização do município de Lidianópolis ressaltando os aspectos econômicos, políticos e sociais com o objetivo de levantar informações do município citado e em seguida, como é realizado a operacionalização do Programa Bolsa Família no município.

Utilizaremos como apoio os dados do Centro de Pesquisa do IBGE, IPARDES e os relatórios de informações sociais fornecido pelo MDS que se encontra disponível no portal do SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

2.5.1 Caracterização do município de Lidianópolis

Segundo informações do IPARDES (2013) o município de Lidianópolis foi fundado no dia 01 de janeiro de 1993 e tem como autoridade eleita o Sr. Celso Antônio Barbosa que segue com a gestão municipal de 2013 à 2016.

De acordo com informações dos relatórios sociais do SAGI (2014) o município de Lidianópolis atualmente conta com uma população estimada em 3.831 habitantes, sendo que 51,5% das pessoas residentes em área urbana e 48,50% em área rural.

De acordo com o IPARDES (2013) as atividades econômicas do município dividem-se em lavoura temporária e permanente, horticultura e floricultura, pecuária e criação de outros animais, produção florestal e aquicultura. Já na participação do setor econômico no Produto Interno Bruto em 2010 era de 56% no setor de serviços, 33% agricultura, 7% indústria e 4% de impostos.

De acordo com o IPARDES (2013) o Índice IparDES de Desempenho Municipal - IPDM na avaliação da geração de emprego e renda, na saúde e educação o município ficou classificado em médio desempenho que corresponde a 0,6976.

Essa classificação é com base no valor dos índices dos municípios nos quais são classificados em: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800) e alto desempenho (0,800 a 1,000).

O Instituto de pesquisas IPARDES (2013) complementa ainda que o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH do município é de 0,680 no qual aponta que o município encontra-se em baixo desempenho considerando a classificação geral do IPARDES.

Segundo informações dos relatórios sociais do SAGI (2014) o índice de pobreza do município é de 12,58% o que rebate na realidade social da população.

Quando nos referenciamos a educação são preocupantes os dados encontrados, pois 62,01% da população não concluíram o ensino fundamental, 20,72% possuem ensino médio incompleto, 13,46% possuem ensino superior incompleto e apenas 3,82% concluíram o ensino superior.

Tratando-se ainda da educação a taxa de analfabetismo do município de Lidianópolis é a 11ª do Estado do Paraná, como podemos observar é um índice alto em relação à quantidade populacional existente. (SAGI,2014)

Segundo informações dos relatórios sociais do SAGI (2014) no que se refere à assistência social o município conta com Plano Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Assistência Social, Representação Paritária e Fundo Municipal de Assistência social.

A assistência social ganhou espaço no ano de 2009 quando foi implantado o Centro de Referência de Assistência Social no município, que oferece o PAIF (Serviço Atenção Integral a Família), considerando que até então não havia um equipamento específico para a realização deste serviço de assistência social no município. Estas informações encontram-se disponíveis no Plano Municipal de Assistência social de Lidianópolis, 2014.

Segundo informações do MDS (2014) o CRAS é considerado a porta de entrada dos programas sociais criados pelo governo federal no combate à fome e pobreza. Dentre esses programas destacam-se o Bolsa Família como citado anteriormente. Temos também outro serviço, neste caso com atendimento especializado, que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, implantado no ano de 2012.

2.5.2 O programa bolsa família em âmbito local

De acordo ainda com os relatórios sociais do SAGI (2014) o número de famílias do município em questão, inscritas no Cadastro Único em junho de 2014 era de 902 dentro os quais:

- 212 com renda per capita familiar de até R\$70,00;
- 431 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00;

- 742 com renda per capita até meio salário mínimo.

Neste sentido, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

[...] O PBF beneficiou, no mês de julho de 2014, **245 famílias**, representando uma cobertura de 84,2 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 119,30 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 29.228 no mês. (BRASIL, MDS, 2014, p.01)

O MDS complementa ainda que:

[...] Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2013, atingiu o percentual de 94,20%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 211 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 224. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 71,88%, resultando em 23 jovens acompanhados de um total de 32. (BRASIL, MDS, 2014, p.01)

De acordo com material disponibilizado pelo MDS (2014) o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dez de 2013, atingiu 92,31 %, percentual equivale a 228 famílias de um total de 247 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Já referente ao mês de setembro de 2014 nota-se uma pequena mudança relacionada ao mês de junho sendo que neste mês o percentual de famílias atendidas foi de 84,5 % superando a do mês de junho que era de 84,2%.

As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 120,95 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 29.753 no mês.

Como apresentado no capítulo anterior o PBF é um benefício de renda direta que apresenta valores diferenciados de acordo com a renda per capita de cada família. A seguir demonstraremos na tabela abaixo o número de beneficiários do PBF no município de Lidianópolis, apresentando também os diferentes tipos de benefícios ofertados pelo programa.

TABELA 5: Famílias Cadastradas no Programa no ano de 2014 – Lidianópolis/Pr.

Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00	219	06/2014
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 70,00	212	06/2014

Fonte: Portal da Transparência 2014

TABELA 6: Total de pessoas cadastradas no Município de Lidianópolis

Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de até 1/2 SM	2.261	06/2014
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00	1.312	06/2014
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00	743	06/2014
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 70,00	569	06/2014

Fonte: Portal da Transparência 2014

TABELA 7: Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Quantidade de famílias beneficiárias	Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias	Mês de referência
246	29.753	09/2014

Fonte: Portal da Transparência 2014

TABELA 8: Tipos de Benefícios

Benefícios ofertados	Número de benefícios	Mês de Referência
Benefício Básico	211	07/2014
Benefícios Variáveis	321	07/2014
Benefício Variável Jovem – BVJ	38	07/2014
Benefício Variável Nutriz – BVN	02	07/2014
Benefício Variável para Gestante	0	07/2014
Benefício de Superação da Extrema Pobreza	02	07/2014

Fonte: Portal do SAGI MDS 2014

Como apresentado nas tabelas acima, percebemos que existem 902 famílias cadastradas no CadÚnico, mas apenas 246 famílias são beneficiadas pelo

Programa Bolsa Família. Ou seja, é um número pequeno relacionado à demanda existente do município.

Em relação às famílias beneficiadas devem estar constantemente atualizando os dados do Cadastro Único, pois o acompanhamento é realizado através destes dados.

No próximo capítulo discorreremos sobre o processo metodológico da pesquisa de campo, sendo esta de forma qualitativa, no qual teremos como objetivo avaliar as mudanças obtidas a partir do Programa Bolsa Família para os usuários beneficiados no município de Lidianópolis.

A seguir realizaremos também a pesquisa de campo com o objetivo de apresentar os resultados na vida das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Lidianópolis.

Capítulo III - O QUE MUDA NA VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?

A partir do que apresentamos nos capítulos anteriores visando analisar os resultados do Programa Bolsa Família para as Famílias Beneficiárias do Município de Lidianópolis explicitaremos neste capítulo quais foram os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa e quais os resultados obtidos através das análises.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de iniciarmos explicando como serão os procedimentos metodológicos, discorreremos de forma sucinta o que é pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (2007) a pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender a realidade social de determinado objeto de pesquisa.

[...] A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social pois o ser humano se distingue não só por agir mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p.21)

Através da pesquisa qualitativa é possível avaliar os aspectos econômicos, políticos e sociais de determinada realidade. Para Minayo (2007) o processo de pesquisa qualitativa acontece em três etapas sendo a fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

De acordo com Minayo (2007) através destas três etapas é possível construir um trabalho de qualidade no qual após a delimitação do tema, do levantamento teórico e da análise do material empírico é possível chegarmos a um conhecimento teórico aprofundado em relação ao tema proposto.

Demo complementa ainda que:

[...] Pesquisa qualitativa significa o esforço de formalização perante uma sociedade jeitosa. Trata-se de uma consciência crítica de propensão formalizante da ciência, sabendo indigitar suas virtudes e vazios. Ao mesmo tempo uma pesquisa qualitativa dedica-se mais a aspectos qualitativos da realidade, ou seja, olhar prioritariamente para eles, sem desprezar os aspectos qualitativos e vice versa. (DEMO, 1998, p.101)

Visando propor um trabalho com qualidade optamos em utilizar como critério a pesquisa qualitativa. Pois a mesma possibilita decifrar a realidade em seus aspectos reais. Portanto adotaremos como processo metodológico entrevistas que realizaremos com oito usuários beneficiados pelo PBF.

Em um primeiro momento selecionaremos os usuários para as entrevistas, utilizando como critério as famílias que recebem o benefício há mais tempo. Este dado será verificado na coordenação do CadÚnico do município, no momento de estágio. Em seguida entregaremos o termo de consentimento, no qual explicaremos o objetivo da pesquisa, sendo este com o intuito de avaliar as mudanças na vida dos usuários após a implantação do programa no município.

Posteriormente, nos deslocaremos até a residência dos oito usuários, sendo realizadas quatro entrevistas nos bairros de Lidianópolis e quatro no Porto Ubá, distrito de Lidianópolis.

Para isto as entrevistas serão de suma importância, pois será através da contribuição dos usuários beneficiários que faremos a análise conjuntural, na perspectiva de avaliar se o trabalho proposto teve o objetivo alcançado.

A partir do próximo item iniciaremos a análise final do trabalho, visando avaliar o impacto do Programa Bolsa Família no Município de Lidianópolis.

3.2 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS USUÁRIOS BENEFICIÁRIOS DO PBF

Antes de iniciarmos as análises será exposto como ocorreram às entrevistas no município de pesquisa.

Em primeiro momento foram escolhidos oito usuários beneficiados pelo PBF, sendo quatro usuários de Lidianópolis e quatro usuários do Porto Ubá

distrito de Lidianópolis. Foram entrevistados também a operadora e gestora do bolsa família com o objetivo de analisar o conhecimento e a visão das mesmas em relação ao programa.

Como critérios foram escolhidos os usuários que são beneficiados há mais tempo já que a presente pesquisa tem como foco entender quais foram às mudanças ocorridas depois da implantação do benefício.

Após identificarmos esses usuários entramos em contato com os mesmos para verificar se haveria consentimento em participar da pesquisa.

Deslocamo-nos até o município de Lidianópolis para acertar os últimos detalhes da entrevista com a gestora do bolsa família. As entrevistas com os usuários, gestor (a) e operador (a) foram realizadas no período de 01 à 08 de outubro de 2014.

Na realização das entrevistas com os usuários percebemos certo receio em participar da pesquisa. Muitos demonstraram dúvidas em relação ao questionário aplicado, levando-nos a entender que na realidade conhecem o mínimo do que é o programa.

Outra questão que percebemos nas entrevistas foi que, a presença da gestora do programa intimidou os usuários no momento das respostas, prejudicando a apresentação real dos fatos.

Para melhor compreensão analisaremos a partir de agora os dados colhidos no município para realização das análises objetivando entender quais foram os resultados e mudanças que o PBF proporcionou na vida das famílias beneficiárias.

3.2.1 Mudanças econômicas

Como exposto anteriormente a partir de agora iniciaremos o processo de análise sobre os resultados do PBF na vida das famílias beneficiárias.

Utilizaremos para identificação dos usuários nomes fictícios visando sigilo profissional. Neste sentido, os nomes de identificação serão: **Entrevistados 1,**

2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. Para o **gestor (a)** do bolsa família utilizaremos para identificação **G1** e para o **operador (a) OP**.

Ressaltamos que as análises serão a partir do referencial teórico apresentado durante a revisão bibliográfica, relacionando o que foi abordado com os dados coletados nas entrevistas.

Nesta perspectiva buscamos primeiramente analisar sobre o conhecimento das famílias entrevistadas sobre o Programa Bolsa Família. Os usuários responderam que:

Entrevistado 1: Muito pouco né! Porque eu acho que as pessoas falam muito pouco sobre isso. Já ouvi muitas gracinhas que o programa Bolsa Família sustenta vagabundo, mas eu não penso desse jeito.

Entrevistado 3: Conheço muito pouco sobre o programa.

Entrevistado 5: Conheço alguma coisinha que aprendi nas reuniões do CRAS.

Percebemos que os usuários não têm conhecimento algum sobre o Programa Bolsa Família. Constatamos que existe pouca divulgação das informações, destacamos também devido ao período de estágio realizado no CRAS de Lidianópolis, que não existe um trabalho contínuo de informação que colabore para a compreensão dos usuários em relação ao programa. E quando raramente são repassadas essas informações não possuem uma linguagem clara de modo que o usuário compreenda de fato o objetivo do programa.

De acordo com a CF/88 é direito de todo cidadão ter acesso às informações básicas que permitam conhecer os serviços ofertados, os programas no qual estão inseridos e os objetivos que os programas sociais caracterizam frente a política de assistência social. O art.5 da CF/88 no inciso XIV coloca que:

[...] É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2012, p.13)

Dando continuidade na pesquisa procuramos saber a opinião dos usuários sobre o PBF. Os usuários colocaram que:

Entrevistado 2: Ah muito bom, uma coisa boa que o governo fez. É um direito que eu tenho.

Entrevistado 4: É bom, o governo manda essa ajuda porque sabe que o povo precisa se não nem mandava né.

Entrevistado 8: O programa está sendo muito bom porque ajuda muito. É uma ajuda do governo.

Os usuários se posicionaram a favor do programa, no entanto não o reconhecem como direito e sim como uma benesse vinda do governo, com exceção do entrevistado 2 que mencionou sobre o direito, porém não apresentou clareza diante de sua afirmação. No entanto, como explicitado no capítulo I os direitos sociais foram reconhecidos no Brasil a partir da CF/88, porém ainda hoje não há um entendimento claro dos usuários em relação a esses direitos garantidos em lei, isto ainda acontece devido a lógica do sistema capitalista que desresponsabiliza cada vez mais o estado e culpabiliza os indivíduos pela situação de vida vivenciada pelo mesmo.

Já referente às falas da operadora e gestora do Programa, relacionada à mesma questão lançada aos usuários anteriormente, disseram que:

G1: Eu sou a favor sim do programa porque muitas famílias que não tinham condições de comprar um material, um caderno, um lápis para seu filho. Hoje ele tem condições de comprar, não é preciso tirar da alimentação para poder estar comprando estes pertences. Eu acho que teve impacto na vida de muitas famílias sim, porque contribuiu com a melhoria na qualidade de vida tanto na saúde, educação e alimentação.

OP: Eu acredito que sim, mas varia de família para família. Algumas famílias têm um impacto que faz com que a pessoa melhore naquele momento difícil que ela está. Aquele tempo que está recebendo faz com que ela consiga outra coisa tipo um emprego. Mas tem aquelas famílias que param naquilo ali. Está recebendo e não tem uma visão de melhoria, preferem ficar recebendo né aquele benefício do que procurar um trabalho.

Podemos analisar que há divergências nas falas da gestora e operadora. Ressaltamos aqui que a gestora do Programa Bolsa Família é assistente social do CRAS tendo, portanto, uma visão mais ampliada sobre os direitos sociais.

No entanto, na fala da operadora observamos que, embora tenha dito que é a favor do programa, percebemos que a mesma não tem convicção na sua fala e apresenta certo preconceito em relação às famílias, pois houve contradição ao se posicionar diante do programa.

Outro ponto questionado aos usuários foi em relação a conhecer se houve melhorias na qualidade de vida após receber o benefício, muitos disseram que:

Entrevistado 1: Sim, até em relação as crianças na escola. Também ter o dinheirinho naquele dia certinho para mim é uma segurança, pois a única garantia que eu tenho hoje é esse dinheiro.

Entrevistado 6: Creio que sim, pois eu preciso desse dinheiro.

Entrevistado 7: Sim. Pois com o bolsa família hoje posso pagar internet para os meus filhos estudar, antes eu não tinha condição.

Embora todos os usuários entrevistados tenham alegado melhoria na qualidade de vida após o recebimento do benefício, quando questionados às mudanças referiram-se somente a questão da renda. No entanto, conforme mencionado no capítulo II, os objetivos do programa estão além da transferência monetária que os usuários recebem, pois a transferência direta de renda fará apenas o alívio imediato da pobreza. Outros pontos como acesso a profissionalização, educação, saúde não foram sequer citados pelos mesmos, percebemos que não apresentam perspectivas para melhorar a qualidade de vida.

De acordo com o MDS (2014) o PBF como dito anteriormente tem como objetivo o alívio imediato da pobreza, garantindo assim o acesso a direitos sociais básicos nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Outro ponto observado foi a preocupação dos próprios profissionais, que trabalham diretamente com o Programa no município em monitorar em que os usuários aplicam o dinheiro repassado pelo programa, preocupando-se somente em criticar os usuários, desrespeitando a autonomia e individualidade de cada família, não percebendo que cada família possui suas necessidades básicas e têm direito de escolher em que vai aplicar seu próprio dinheiro.

Na visão destes, o dinheiro recebido pelas famílias beneficiadas do PBF deveriam ser investido somente em alimentação. Enfatizamos, neste sentido, que

a Lei 10.836 de Janeiro de 2004, que cria o Bolsa Família não dispõe de nenhum item especificando no que deveria ser gasto o valor monetário repassado a essas famílias.

3.2.2 Para além do financeiro, outras mudanças

Neste item abordaremos sobre as demais mudanças que o programa Bolsa Família proporcionou as famílias beneficiárias do município de Lidianópolis, visando compreender se houve resultados relevantes para essas famílias.

Nesta perspectiva, perguntamos se os usuários tinham conhecimento sobre as condicionalidades, se foram informados e qual era a opinião dos mesmos em relação aos critérios estabelecidos pelo programa. Os usuários colocaram que:

Entrevistado 2: Conheço sim as condicionalidades, fui informada e concordo com elas, acho fácil de cumprir.

Entrevistado 4: Não conheço as condicionalidades. Não lembro não, esqueci.

Entrevistado 5: Tenho conhecimento sobre as regrinhas, fui informada no CRAS. As regras têm que ter né, porque é coisa de saúde e escola, não acho difícil de cumprir.

Percebemos também que as condicionalidades e critérios são a única informação obtida do programa.

As condicionalidades são informadas, pela gestão municipal do programa, aos usuários com a intenção de pressioná-los, pois quando as famílias não cumprem as condicionalidades, são advertidas, correndo o risco de serem desligadas do programa¹.

Nesta perspectiva identificamos na fala da gestora e da operadora que:

G1: Sim, conheço as condicionalidades. Temos as condicionalidades da saúde, educação e da assistência. Da saúde as famílias têm que manter a vacinação em dia, tem que fazer acompanhamento do peso, isso é responsabilidade da saúde. A educação é responsável por

¹Estas informações foram nas entrevistas e pela observação obtida através do estágio durante o ano letivo.

informar a frequência dos alunos, no qual deve ter 85% de frequência, da assistência social é responsabilidade de atualizar os cadastros, de fazer acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade.

OP: Sim conheço as condicionalidades, critérios e legislações específicas do programa. Obs.: Não especificou quais eram as condicionalidades.

Embora a operadora do programa tenha afirmado conhecer as condicionalidades, critérios e legislações do programa, não apresentou essa afirmação com clareza.

O MDS aponta que as funções das condicionalidades são:

[...] Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa;

Responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis;

Identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias. (BRASIL, MDS, 2014)

Ou seja, apesar das condicionalidades serem uma forma de controle aplicado aos usuários é também uma maneira que o Estado encontrou de estar garantindo a essas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social o acesso aos direitos básicos, já que o programa foi criado com o objetivo de garantir direitos e propor o alívio imediato da pobreza.

Perguntamos aos usuários se além do Bolsa Família, os mesmos participavam de outras atividades no CRAS e se tinham acesso a outros benefícios socioassistenciais.²

Os usuários apontaram que:

Entrevistado 3: Participo do PAIF, mas estou afastada a algumas semanas por motivos pessoais.

Entrevistado 7: Participo do grupo do PAIF e recebo só o Bolsa Família.

² BPC, PBF, Benefícios Eventuais.

Entrevistado 8: Estou participando do grupo do PAIF e recebo apenas o Bolsa Família.

Como identificamos nas falas acima, grande parte dos usuários recebem apenas o benefício ofertado pelo PBF. Quanto à participação em outros programas, a maioria respondeu que participam do grupo do PAIF, porém não estabelecem uma relação entre o programa e o PAIF.

De acordo com a PNAS/2004 o CRAS é o responsável em ofertar serviços que atendam as famílias usuárias da política de assistência social. Como exposto na citação abaixo:

[...] O CRAS é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica o trabalho com as famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização de seus membros; constitui-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, PNAS, 2004. p.35)

O objetivo de explicitar sobre os serviços de proteção social ofertados pelos CRAS foi o de identificar de que forma deveria ser trabalhado o PAIF com as famílias, já que este é o principal serviço ofertado pelo CRAS de Lidianópolis.

De acordo com as orientações técnicas do PAIF:

[...] Recomenda-se que as famílias que possuem membros que demandem cuidados sejam convidadas a participar de ações de cunho coletivo. Neste sentido, podemos citar as oficinas com famílias, palestras e, nos casos pertinentes, o processo de acompanhamento familiar em grupos é que as famílias possam, ao socializar as experiências e identificando-se umas com as outras, valorizar potenciais daqueles que demandam cuidado, sair do isolamento social, mobilizar-se para reivindicar seus direitos, experimentar novos conceitos de participação social, enfim, reconhecer-se como sujeito de direitos. (BRASIL, MDS, 2012, p.57)

Em relação a execução do PAIF no município de Lidianópolis, constatamos que as ações realizadas pelos profissionais estão focadas em ações artesanais, no entanto ofertam também cursos técnicos profissionalizantes.

Entendemos neste contexto, que os cursos artesanais não são garantia de renda, mas sim de convivência comunitária e fortalecimento de vínculos.

Outro ponto que destacamos é que os cursos ofertados acabam por reproduzir a pobreza, já que o mercado empregador busca por profissionais cada vez mais capacitados, exigindo habilidades específicas.

Assim percebemos que, para interferirmos na realidade social das famílias que participam do grupo do PAIF é necessário uma reformulação dos cursos ofertados, levando em consideração as demandas do município, realizando encaminhamentos para cursos profissionalizantes que possam responder as exigências do mercado de trabalho e de certa forma proporcione emancipação a estas famílias.

Como foco do trabalho é avaliar os resultados do Programa Bolsa Família na vida das famílias beneficiárias, no município de Lidianópolis buscamos apontar brevemente que o PAIF é um dos serviços socioassistenciais ofertados pelo CRAS e as famílias que participam das atividades, devem estar incluídas no Cadastro único.

Questionamos também aos usuários como avaliam o atendimento da equipe do CRAS no acesso às informações sobre o programa. Obtivemos a informação:

Entrevistado 1: Muito pouca a informação, não tem diálogo sobre isso, nunca teve uma reunião aqui desde os dez anos que estou no programa. Não tem ninguém pra esclarecer as coisas pra gente, eu tenho muitas perguntas, mas eu sei que tem poucas respostas.

Entrevistado 4: Até o dia que precisei foi bacana com a gente.

Entrevistado 5: Eu não tenho o que reclamar da equipe porque toda vez que eu fui no CRAS fui bem atendida.

Na entrevista realizada com a gestora do Bolsa Família foi relatado que as reuniões acontecem, no entanto não são todos usuários que participam, muitas vezes pela falta de informação referente a reunião. Como citado anteriormente pelos usuários, nas reuniões mencionadas pela gestora não possuem uma linguagem clara, impossibilitando uma maior clareza sobre os objetivos do programa.

Perguntamos a gestora e a operadora onde seria o atendimento inicial e como aconteciam esses atendimentos. Diante disto responderam que:

G1: O atendimento inicial é no CRAS porque antigamente não tinha um local específico para as famílias vir. Não tinha uma referência, agora tem um local de referência pra essas famílias que é o CRAS.

OP: É feito na recepção, tem alguém que fica lá e encaminha essa pessoa pra sala de atendimento. O usuário procura né o CRAS, a gente preenche o caderno que tem as perguntas referentes à família e é inserido no sistema de acordo com os critérios exigidos, que são pessoas que tem uma renda que se enquadra ali. Todo mundo pode fazer o Cadastro Único, mas que vão receber os benefícios são aqueles que têm uma renda per capita de acordo com o que é pedido no programa.

Embora a operadora tenha relatado que há uma pessoa que recepcione e faça o acolhimento percebemos, no decorrer do estágio realizado nesta instituição, que não há uma recepcionista que realize o acolhimento e encaminhe a sala de atendimento. Muitas vezes ocorre de o usuário chegar ao local e ter que procurar atendimento, pois não há preocupação em atendê-lo.

Outro ponto que observamos foi que a operadora não permanece, durante todo o horário de trabalho em sua sala, e quando os usuários necessitam de atendimento específico precisam esperar até o seu retorno.

Percebemos que a operadora não possui um postura profissional que proporcione ao usuário um atendimento de qualidade. Em conformidade com o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (2009), os profissionais além dos conhecimentos teóricos devem estar aptos para: executar procedimentos profissionais para escuta qualificada, identificando as necessidades e ofertando orientações a indivíduo e famílias que é realizado pelo técnico de nível superior, ou seja, assistente social ou psicólogo.

Para finalizarmos a análise com os usuários, questionamos o que poderia ser melhorado no programa. Os usuários colocaram que:

Entrevistado 2: A renda deveria aumentar um pouquinho.

Entrevistado 5: Tem tanta coisinha que deveria melhorar, um valor mais alto. O valor recebido deveria depender do número de pessoas

que moram na casa. Porque dependendo o quanto você pega é à conta de uma criança.

Entrevistado 6: Pelo menos os medicamentos deveriam ser garantidos porque tem alguns que não tem no posto aí tem que comprar e tenho que tirar do que praticamente já não tenho.

Muitos usuários colocaram que um dos pontos que poderia ser mudado no programa é o valor monetário repassado aos beneficiários. Percebemos que os usuários não têm a perspectiva de deixar de receber o benefício, embora a renda repassada pelo governo seja baixa, e não proporcionem mudanças relevantes, criam perspectivas considerando o valor recebido através do programa.

Grande parte dos usuários não possui outra renda fixa a não ser a do benefício. A razão da falta de renda e a necessidade do programa são pelo fato de o município não contar com indústrias de grande porte, nem setor comercial que ofereça emprego a toda população, tornando-a vulnerável às expressões da questão social, sendo uma delas a falta de renda.

Isso acaba sendo um dos empecilhos postos à população, resultando no alto índice de pobreza demonstrado no capítulo III. Com base nas informações coletadas durante o decorrer da pesquisa passamos as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento ou o confronto do sistema capitalista, exige entendimento das inúmeras manifestações e expressões da questão social originados a partir deste sistema. O acesso à renda é uma delas e a responsabilidade de garantir este acesso de toda sociedade é em especial do estado.

Diante do exposto, em 2003, criou-se o maior programa de transferência de renda do Brasil, o Programa Bolsa Família.

Conforme apresentado o objetivo da pesquisa, tem como foco analisar os resultados do Programa Bolsa Família para os usuários beneficiados no município de Lidianópolis.

Para tanto, realizamos uma breve contextualização sobre o início das políticas sociais no Brasil que tiveram suas primeiras iniciativas na década de 1930. Contudo, essa luta estava apenas se iniciando, pois com a mudança da economia brasileira, passando de agrícola para industrial, os problemas sociais tornaram-se mais evidentes, pressionando o Estado a intervir e dar respostas a classe trabalhadora que exigiam mudanças. Porém estes direitos só foram concretizados de fato com a promulgação da Constituição Federal que aconteceu no ano de 1988.

No ano de 1993 com a promulgação da LOAS, iniciava-se uma nova discussão, sendo esta sobre os mínimos sociais assim como apontado no capítulo I no item 1.2 e 1.3. Neste período passava a ser discutido também sobre os programas sociais de transferência de renda, que foram supostamente uma nova estratégia de governo em tentar acalmar a população e maquiar a realidade de contradição entre capital e trabalho.

Neste sentido, foram criados vários programas como por exemplo; bolsa escola, vale alimentação, vale gás, entre outros. Portanto esses programas eram desfocalizados. No ano de 2003 com o governo de Lula esses programas são unificados e aprimorados, lançando então o Programa Bolsa Família.

Nesta pesquisa nos propusemos analisar e compreender como surgiu o programa, critérios, condicionalidades, público alvo, objetivo do programa e se ele de fato está atingindo os objetivos propostos no município de Lidianópolis.

Nesta perspectiva nos fundamentamos por meio de referencial teórico em analisar se houve mudanças significativas na vida dessas famílias após o recebimento do benefício.

Atualmente, o Bolsa Família constitui como uma das políticas de enfrentamento de pobreza no Brasil. Como apontado anteriormente o programa tem como finalidade a erradicação da pobreza, no qual visa garantir a população os mínimos sociais garantidos em lei.

O referente estudo proporcionou analisar as mudanças que ocorreram na vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Apoiamo-nos durante a pesquisa em referenciais bibliográficos que nos auxiliou e proporcionou conhecimento referente ao objeto de estudo da pesquisa sendo este o PBF. No entanto, quando confrontamos com a realidade das famílias beneficiárias do município de Lidianópolis, nos deparamos com aspectos bastante diferenciados.

Percebemos isto através das análises realizadas com os usuários, operadora e gestora do programa que contribuíram para podermos identificar como o programa está sendo operacionalizado no município.

Como apresentado anteriormente o município em questão apresenta um alto índice de pobreza, devido à falta de oferta de empregos, uma vez que o município não conta com empresas de grande porte e nem com setor comercial capaz de suprir a necessidade de emprego da cidade.

Quando apontamos nas tabelas os números de pessoas inscritas no Cadastro único percebemos que o índice de famílias inscritas é assustador. De 902 famílias que fizeram o requerimento do benefício apenas 246 são beneficiárias, identificamos que muitas famílias estão na fila de espera sendo que a maioria das famílias são extremamente pobres.

Outro ponto constatado é a forma de como são escolhidas as famílias para serem inseridas no programa. A operadora preenche os dados no cadastro único, colhe as informações necessárias e depois de preenchido os dados não tem um prazo determinado para saber se as famílias serão ou não contempladas com o programa.

Quando questionado nas entrevistas qual era o tempo de recebimento do benefício, dos oito entrevistados, cinco recebiam o benefício desde a implantação do programa. Percebemos através do questionário aplicado que os usuários não

apresentam perspectiva de sair daquela realidade, uma vez que os mesmos não têm uma consciência racional de perceber as desigualdades sociais existentes entre capital e trabalho.

Entendemos que não necessitaria existir programas de transferência de renda se a riqueza produzida no Brasil fosse redistribuída de forma igualitária e se o Estado cumprisse com o seu papel. O Estado está atento somente aos interesses da classe dominante, deixando à mercê a classe trabalhadora não garantindo a esta nem o mínimo previsto em lei.

Relacionado aos critérios impostos pelo programa analisamos que são excludentes uma vez que não analisam outro fator a não ser a renda. O valor repassado as famílias é baixíssimo, e para serem inclusas no programa devem comprovar o estado de pobreza, o que pode gerar constrangimento aos usuários.

Tratando-se das condicionalidades, percebemos durante a pesquisa que as respostas foram unânimes, uma vez que destacaram que as condicionalidades são importantes e, por ser uma exigência, acabam sendo cumpridas favorecendo a própria família no que tange os serviços da educação, da saúde e da assistência social.

Quando focamos aos serviços prestados pela assistência social no município nos deparamos com alguns profissionais desqualificados para os serviços, pois além de não garantirem sigilo profissional sobre a realidade social do usuário, julgam sem conhecimento teórico, embasando-se apenas no mero ativismo.

Enfatizamos que este despreparo profissional acaba precarizando o atendimento qualificado aos usuários, pois quando procuram pelos serviços socioassistenciais não são bem recepcionados como deveriam. Pensamos que, os profissionais, principalmente os formados em serviço social através de seu aparato teórico metodológico, ético político e técnico operativo, devem lutar constantemente para que os usuários tenham acesso a seus direitos, pois estes estão garantidos em lei. Acreditamos que deve ser prestado a população um trabalho de qualidade garantindo através das políticas públicas os direitos sociais e através de um trabalho continuado proporcionar a este usuário autonomia para que seja condutor de sua própria história.

Nesta perspectiva, através das entrevistas realizadas com os usuários percebemos que não houve uma mudança relevante na vida das famílias beneficiárias devido a tudo que citamos anteriormente no corpo do trabalho. No entanto, a pesquisa não é conclusiva, considerando que muitos outros aspectos poderiam ser explorados em relação ao tema em discussão, mas avaliamos que atingiu o objetivo inicialmente proposto.

Além disto, a pesquisa foi de fundamental importância para a formação acadêmica, pois as informações coletadas proporcionaram conhecimento mais minucioso sobre o programa e também demonstrou a realidade vivenciada pelas famílias beneficiárias do programa no município de Lidianópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história/** Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. 9. Ed- São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF:** O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, Volume 1, Brasília 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS,** 1ºed. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Benefícios do Programa Bolsa Família.** Ano: 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>> Acessado em 18 de setembro de 2014 às 11h29min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatórios de Informações sociais do Programa Bolsa família e Cadastro Único.** Portal do SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ano: 2014. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#>> Acessado em 18 de setembro de 2014 às 12h24 min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Critérios e Condiionalidades do Programa Bolsa Família.** Ano: 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acessado em 18 de setembro de 2014 às 16h01min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fiscalização do Programa Bolsa Família.** Ano: 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/fiscalizacao>>. Acessado em 19 de setembro de 2014 às 09h22min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão descentralizada do Bolsa Família.** Ano: 2014. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada>>. Acessado em 19 de setembro de 2014 às 12h08 min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Teto do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família**. Ano: 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/teto-do-igd-e-por-estado>>. Acessado em 19 de setembro de 2014 às 12h48 min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão Municipal do Programa Bolsa Família**. Ano: 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/tipos-de-gestao/gestao-municipal/gestao-municipal>>. Acessado em 19 de setembro de 2014 às 14h34 min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão Estadual do Programa Bolsa Família**. Ano: 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/tipos-de-gestao/gestao-estadual/gestao-estadual>>. Acessado em 19 de setembro de 2014 às 15h01 min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão Federal do Programa Bolsa Família**. Ano: 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/tipos-de-gestao/gestao-federal/gestao-federal>>. Acessado em 19 de setembro de 2014 às 15h25min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Famílias cadastradas no Programa Bolsa família do município de Lidianópolis**. Ano: 2014. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Beneficios>>. Acessado em 29 de setembro de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Versão Oficial. Brasília: 2004.

_____. Portal da Transparência. **Transferência de recursos do Programa Bolsa Família**. Ano: 2014. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoUF.asp?codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&NomeAcao=Transfer%EAncia+de+Renda+Diretamente+%E0s+Fam%EDlias+em+Condi%E7%E3o+de+Pobreza+e+Extrema+Pobreza+%28Lei+n%BA+10%2E836%2C+de+2004%29&Exercicio=2014&Pagina=1#>>. Acessado em 19 de setembro de 2014 às 16h47min.

_____. **Famílias Cadastradas no Programa Bolsa Família do Município de Lidianópolis**. Ano: 2014. Disponível em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Benefícios>>. Acessado em 29 de setembro de 2014 às 17h02 min.

DEMO, Pedro. **Menoridade dos mínimos sociais**: encruzilhada da assistência social no mundo de hoje. Revista Serviço Social e Sociedade- ANO XVIII, N° 55, 1997.

_____. **Pesquisa qualitativa**: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Rev. Latino-am enfermagem, Ribeirão Preto, v.6, n°2, p.89-104, abril, 1998.

FERREIRA, Nildete Virgínia Turra. **Programa Bolsa Família**: o velho com novas roupagens. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Vitória, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do Município do ano de 2010**. Ano 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411342&search=parana|lidianopolis>>. Acessado em 29 de setembro de 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, trabalho e questão social. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Lidianópolis**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. –Brasília: IPEA, 2013.

MESQUITA, Camile Sahb. **O programa bolsa família**: uma análise de seu impacto e significado social. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em Política Social, Brasília, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25ª Ed. Revista atualizada- Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NOZABIELLI, Sonia Regina. **Entre Permanências e Mudanças - A Gestão Municipal da Política de Assistência Social na Região de Sorocaba (SP)**. Tese de doutorado em Serviço Social, São Paulo 2008.

PENNA, Camélia Vaz. **Adolescente do Programa Bolsa Família e condicionalidades da Educação**: uma aproximação aos fatores que concorrem pra a infrequência escolar. Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA. Belo Horizonte, 2010.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas**: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais. 6. Ed- São Paulo, 2011.

SAIBEL, Rita Regina Soares. **Programas de Transferência de renda**: Impacto do Programa Bolsa Família em Canoinhas (SC). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado- UnC/ Campus Universitário de Canoinhas), Canoinhas, 2008.

SETP. PR, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **SUAS- Sistema Único de Assistência Social**: Instrumentos legais. Curitiba, Imprensa Oficial, s.d.

SMAS, Secretaria Municipal de Assistência Social. Plano Municipal de Assistência Social 2014. Lidianópolis: SMAS, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda/ Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Ozanira Yasbek, Geraldo di Giovanni- 3° Ed, São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais**: articulação com políticas estruturantes e unificação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPQ. Maranhão, 2006.

SILVA, Wellington Wagner e. **Desafios na Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde**/ Silvano Alves Alcântara. Caderno Gestão Pública. Ano. 1 n.1 | jul - dez 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos Sociais e seguridade social**: uma revolução da consciência da cidadania. Revista Serviço Social e Sociedade n° 55- ANO XVIII, 1997.

APÊNDICES

Universidade Estadual de Maringá
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV

Termo de Consentimento:

Gostaríamos de convidá-la (o) para participar da pesquisa inerente ao Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Claudia Matos Nunes intitulado **“Os resultados do Programa Bolsa Família para as famílias beneficiárias do Município de Lidianópolis**, sob orientação da docente especialista Cristiane Valoto Mazzo.

As informações coletadas terão como finalidades analisar as mudanças que o Programa Bolsa Família trouxe para os usuários da política de assistência social no município de Lidianópolis.

A estudante transcreverá a entrevista, porém será garantido total anonimato das partes envolvidas no processo de transcrição. O material transcrito será utilizado somente como material para análise da pesquisa. As entrevistas poderão contar com o auxílio do gravador (caso aceite) e será marcada com antecedência – onde e quando convier ao entrevistado.

A participação nesta pesquisa é livre, voluntária e sem custos. O usuário tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhuma penalização e sem prejuízo pessoal.

Concordo com o uso do gravador: () SIM () NÃO

Local: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE B

Roteiro aplicado aos usuários

IDENTIFICAÇÃO

Família nº: _____

Data da entrevista: ____/____/____

Situação de recebimento do benefício

- () recebendo normalmente
() recebeu notificação de cancelamento porém continua recebendo
() benefício cancelado
() outros. Qual? _____

1. Há quanto tempo recebe o benefício?
2. Qual o seu conhecimento sobre o programa bolsa família?
3. Quais as condições que devem ser seguidas para manutenção do benefício?
4. Você foi informado sobre elas (**condicionalidades**)?
5. Qual a sua opinião em relação às condicionalidades estabelecidas pelo programa? Existe dificuldade para cumpri-las?
6. Houve melhoria na qualidade de vida no período de recebimento do benefício?
7. Além do Bolsa Família você participa de outras atividades no CRAS e tem acesso a outros benefícios?
8. Você realiza alguma atividade ou tem acesso a bens que antes de receber o benefício não era possível?
9. O que você acha sobre o Programa Bolsa Família? (**Caso o entrevistado não saiba responder você esclarece se é um direito ou ajuda**)
10. Como você avalia o atendimento da equipe no acesso as informações sobre o programa?
11. Na sua opinião o que poderia ser mudado no programa?

APÊNDICE C

Roteiro aplicado ao gestor e ao operador do Bolsa Família

1. Quanto tempo é operadora ou gestora?
2. Você conhece os critérios, condicionalidades, legislações específicas?
3. Onde é feito o atendimento inicial?
4. Como é operacionalizado o programa no município?
5. Qual a sua visão em relação ao programa? Percebe impacto na vida das famílias atendidas?